

UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL - IMES

**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO**

LINCOLN NOGUEIRA MARCELLOS

**DESENVOLVIMENTO REGIONAL E IDENTIDADE INDUSTRIAL: A FACULDADE DE
CIÊNCIAS ECONÔMICAS E ADMINISTRATIVAS DE SANTO ANDRÉ (1950-1960)**

**São Caetano do Sul
2006**

FICHA CATALOGRÁFICA

MARCELLOS, Lincoln.

Desenvolvimento Regional e Identidade Industrial: A Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Santo André (1950-1960) / Lincoln Nogueira Marcellos–2006. 96f.

Orientadora: Priscila Ferreira Perazzo.

Dissertação (mestrado) – Programa de Mestrado em Administração da Universidade Municipal de São Caetano do Sul - IMES.

1. Desenvolvimento Regional. 2. Identidade Industrial. 3. Regionalidade – Gestão Regional. I. Priscila Ferreira Perazzo. II Dissertação (mestrado) - Programa de Mestrado em Administração da Universidade Municipal de São Caetano do Sul. III Título.

LINCOLN NOGUEIRA MARCELLOS

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E IDENTIDADE INDUSTRIAL: A FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E ADMINISTRATIVAS DE SANTO ANDRÉ (1950-1960)

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Administração da Universidade Municipal de São Caetano do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração.

Área de Concentração: Gestão da Regionalidade e das Organizações.

Orientadora: Professora Doutora Priscila Ferreira Perazzo

São Caetano do Sul

2006

UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL - IMES**Campus II - R. Santo Antônio, 50 – Centro - São Caetano do Sul (SP)**

Diretor-Geral: Prof. Marco Antonio Santos Silva

Reitor: Prof. Dr. Laércio Baptista da Silva

Pró-Reitor de Pós-graduação e Pesquisa: Prof. Dr. René Henrique Gotz Licht

Coordenador do Programa de Mestrado em Administração: Prof. Dr. Eduardo de Camargo Oliva

Dissertação defendida e aprovada em 28/11/2006 pela Banca Examinadora, constituída pelos (a) professores (a):

Prof^a. Dr^a. Priscila Ferreira Perazzo

Prof. Dr. Roberto Elísio dos Santos

Prof^a. Dr^a. Marly Rodrigues

Dedico aos meus pais
Mario e Oladir, por tudo, e,
principalmente, por compreenderem
que isto é o começo.

AGRADECIMENTOS

A minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Priscila Ferreira Perazzo, pelos ensinamentos imprescindíveis, pela paciência, generosidade, estímulo e por acreditar na viabilidade deste projeto. À Prof^a. Dr^a. Marly Rodrigues, professora convidada da FAAP e do Serviço Técnico de Conservação e Restauro, do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico de São Paulo — Condephaat, pela receptividade e gentileza em participar desta banca examinadora. Aos professores do PMA da Universidade IMES, em especial ao Prof. Dr. Roberto Elísio dos Santos, pelos conselhos que enriqueceram este trabalho.

A toda minha família, em especial aos meus pais e ao meu irmão, que sempre prestigiaram este trabalho.

Ao Dr. Maurício Kenithi Moriyama, grande amigo, pela amizade íntegra e pela ajuda que tanto foi necessária durante todo este período.

Aos meus amigos de tempo: Cláudio Rosa Araújo, Marcelo Daniliauskas, Bruno Henrique Gouveia dos Santos, Felipe Gouveia dos Santos, Vinícius Moreno (Burn), Octávio Iacobelli Neto (Netinho) e Tio William.

Aos meus outros amigos: Danielzinho Ridari, Daniel Marotti Corradi (Dennet), Maurício (Francisco), Murilo Fulep, Emerson Juliato, Fernando Merlini, Fernando Mysfyts, Humberto Frederico, Daniel de Oliveira Andrade (Tio Nonô), Domingos Antonio do Nascimento Júnior, Antonio Carlos Fernandes de Oliveira (Carlão) e Eduardo Augusto Rafael (Dudu).

Aos amigos que já partiram: Maurício Mângia e Islan Tadeu Dantas.

Aos meus amigos de Mestrado, principalmente à Conceição Aparecida Kaspar e ao Helio Giocondo Piazzzi Filho pelo companheirismo e pelas pertinentes sugestões a este trabalho.

RESUMO

MARCELLOS, Lincoln (2006). *Desenvolvimento Regional e Identidade Industrial: A Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Santo André (1950-1960)*. São Caetano do Sul, 2006, 97p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Mestrado em Administração. Universidade Municipal de São Caetano do Sul – IMES.

A proposta desta pesquisa é apresentar um estudo histórico que dimensione a questão da identidade industrial do ABC na criação da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Santo André, no período de 1950-1960, considerando a identidade como fator que, ao lado das questões econômicas e de política nacional, pode ter contribuído para o desenvolvimento da região em sua relação com a administração de empresas.

Nesse sentido, este trabalho pretende abordar, por intermédio da pesquisa exploratória com delineamento documental, a relação entre a criação da Faculdade, o poder público local e o desenvolvimento regional; e as representações da Identidade Industrial no momento da criação desta Escola de Administração.

Inserido no bojo das investigações acerca do processo de desenvolvimento da região do ABC, esse estudo volta-se para algumas reflexões sobre a utilização da identidade enquanto possibilidade de integração regional para o desenvolvimento.

Palavras-chave – Identidade Regional, Vocação Industrial, Interesse Público e Desenvolvimento Regional.

ABSTRACT

MARCELLOS, Lincoln (2006). *Regional Development and Industrial identity: The Bachelor School of Economic and Administrative Sciences of Santo André (1950-1960)*. São Caetano do Sul, 2006, 97p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Mestrado em Administração. Universidade Municipal de São Caetano do Sul – IMES.

The aim of this research is to present a historical study that approaches the question of the industrial identity of ABC's region in the creation of the Bachelor School of Economic and Administrative Sciences of Santo André, in the period of 1950-1960, considering the identity as a factor aside the economic questions and national politics that can have contributed for the development of the region in its relation with the business administration.

However this work intends to approach through exploring research with documentary delineation the relation among the creation of the College the local public power and the regional development; and the representation of Industrial Identity at the moment of the creation of this School of Administration.

Inserted in the bulge of the inquiries concerning the process of ABC's region development as a this study is turned toward some reflections on the use of the identity while possibility of regional integration for the development.

Key-words - Regional Identity, Industrial Vocation, Public Interest and Regional Development.

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES (figuras)	11
ABREVIATURAS	12
INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I – IDENTIDADE E REGIONALIDADE	23
Identidade Social e Industrial	23
Memória e Lembranças	32
CAPÍTULO II – INDUSTRIALIZAÇÃO E ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO	34
Desenvolvimento Regional	34
A Importância do Ensino Superior	39
A Criação da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Santo André	48
CADERNO DE IMAGENS	53
CAPÍTULO III – IDENTIDADE INDUSTRIAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	62
CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
FONTES CONSULTADAS	86

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

89

ANEXOS

96

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

1)	Configuração da identidade industrial e sua retroalimentação – Fonte: Lincoln N. Marcellos, 2006.	10
2)	A Instalação da Ferrovia “São Paulo Railway”, 1900-1950 – Fonte: FRENCH, John D. <i>O ABC dos Operários: Conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950</i> . São Caetano do Sul: Editora Hucitec, 1995.	27
3)	Professor Nelson Zanotti na sala da diretoria, 1958 – Fonte: KOPCZYNSKI, Marly Maria Cammarosano. (org.) <i>Revista Comemorativa 50 anos Faeco</i> . Memórias e outras histórias. Santo André: 2005, p. 44.	46
4)	Palestra realizada no auditório da Escola Técnica Júlio de Mesquita, professor Nelson Zanotti ao centro, 1959 – Fonte: KOPCZYNSKI, Marly Maria Cammarosano. (org.) <i>Revista Comemorativa 50 anos Faeco</i> . Memórias e outras histórias. Santo André: 2005, p. 44.	47
5)	Prédio da Escola Técnica Júlio de Mesquita, 1953 – Fonte: KOPCZYNSKI, Marly Maria Cammarosano. (org.) <i>Revista Comemorativa 50 anos Faeco</i> . Memórias e outras histórias. Santo André: 2005, p. 44.	48
6)	Prédio da Escola Técnica Júlio de Mesquita, 1953 (fachada) - Fonte: KOPCZYNSKI, Marly Maria Cammarosano. (org.) <i>Revista Comemorativa 50 anos Faeco</i> . Memórias e outras histórias. Santo André: 2005, p. 44.	49
7)	Primeira Formatura, ao centro professor Nelson Zanotti, à direita prefeito Fioravante Zampol, 1957 - Fonte: KOPCZYNSKI, Marly Maria Cammarosano. (org.) <i>Revista</i>	50

	<i>Comemorativa 50 anos Faeco</i> . Memórias e outras histórias. Santo André: 2005, p. 42.	
8)	Formatura da primeira turma, 1957 - Fonte: KOPCZYNSKI, Marly Maria Cammarosano. (org.) <i>Revista Comemorativa 50 anos Faeco</i> . Memórias e outras histórias. Santo André: 2005, p. 44	51
9)	Instalação da Faculdade de Ciências Econômicas no antigo “Sítio dos Tangarás”, 1970 - Fonte: KOPCZYNSKI, Marly Maria Cammarosano. (org.) <i>Revista Comemorativa 50 anos Faeco</i> . Memórias e outras histórias. Santo André: 2005, p. 44	52
10)	Instalações da FAECO no prédio novo no “Sítio dos Tangarás”, 1972 - Fonte: KOPCZYNSKI, Marly Maria Cammarosano. (org.) <i>Revista Comemorativa 50 anos Faeco</i> . Memórias e outras histórias. Santo André: 2005, p. 44.	53
11)	Cerimônia de inauguração da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Santo André, à esquerda mesa diretora de trabalhos, à direita senador Marcondes Filho, 1954 - Fonte: <i>Folha da Manhã</i> , 27 de Junho de 1954, sem página. Disponível no acervo de pesquisa do Museu Municipal de Santo André, sob o no. 378.12.	61

QUADROS

1)	Composição do Corpo Docente da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas em 1954 – Fonte: KOPCZYNSKI, Marly Maria Cammarosano. (org.) <i>Revista Comemorativa 50 anos Faeco</i> . Memórias e outras histórias. Santo André: 2005, p. 90.	68
----	--	----

ABREVIATURAS

ABC – Região definida pelo agregado das seguintes cidades: Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul, localizada ao Sul e Sudeste da cidade de São Paulo.

FAECO – Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Santo André.

FAFIL - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Santo André.

FSA – Fundação Santo André

CUFSA – Centro Universitário Fundação Santo André

GRANDE ABC – Região definida pelo agregado das seguintes cidades: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Ribeirão Pires, Mauá, Rio Grande da Serra e Diadema, localizada ao Sul e Sudeste da cidade de São Paulo.

USP – Universidade de São Paulo.

INTRODUÇÃO

O presente estudo originou-se de uma inquietação em relação à constituição das escolas de administração do ABC. A partir da vivência do autor, na DaimlerChrysler, indústria da região, percebeu-se que a percepção de que as pessoas que ali trabalhavam, nos departamentos burocráticos, tinham uma formação vinculada às escolas da região.

O autor - oriundo de uma dessas escolas de administração – teve a mesma constatação em sua vivência acadêmica, ou seja, os alunos matriculados, em grande parte, mantinham vínculos laborais com as grandes indústrias locais.

Tal constatação foi o cerne da motivação para esse estudo, pois as escolas de administração, desde a década de 1950, formavam profissionais para as corporações multinacionais locais.

Efetuada a revisão da literatura, verificou-se semelhante abordagem. A pesquisa de Maria de Lourdes Covre (1982) destaca que a criação dos cursos de administração no Brasil esteve intimamente ligada às necessidades das grandes empresas em ter profissionais especializados na área da burocracia.

As escolas de administração do ABC foram criadas com a consagração da região enquanto pólo industrial. No entanto, a identidade industrial, inicialmente operária, foi paulatinamente construída a partir do final do século XIX, quando a região já abrigava algumas indústrias de expressão nacional, além de uma classe operária atuante (GARCIA, 1998).

Dessas constatações percebe-se que a identidade industrial corroborou, décadas mais tarde, para a acomodação das grandes corporações mundiais na região do ABC, da mesma forma que outros fatores também facilitaram a instalação destas empresas, como a proximidade do porto de Santos e a disponibilidade de grandes terrenos (KLINK, 2001).

O Brasil deparava-se com a concretização de um projeto de desenvolvimento capitalista em curso desde os anos de 1930 (COVRE, 1982, p.68). Nesse contexto, tornou-se importante a valorização da técnica e a busca

por profissionais especializados na prática burocrática, que estivessem alinhados com as expectativas do capitalismo internacional e com o processo de concentração do capital, resultante na constituição de empresas de grande porte, predominantemente estrangeiras, em território nacional.

O ensino da administração, enquanto nível superior, originou-se da evolução e do desenvolvimento econômico no Brasil a partir de 1950, pretendendo congrega o ensino da burocratização e das tecnologias que se desenvolviam em diversas empresas do território nacional. O objetivo era preparar pessoas com formação técnica, capazes de administrar a complexidade das empresas em que trabalhavam, a partir de estratégias essenciais para a permanência dessas organizações de capital estrangeiro no Brasil.

Nesse momento, em âmbito nacional, ocorreu o processo conhecido como “democratização do ensino”¹. A escola elitista e abastada deu lugar à escola voltada para o suprimento das necessidades de mão-de-obra especializada exigida pelos interesses imediatos do processo econômico. O sistema universitário deveria ter uma racionalidade instrumental para proporcionar o ensino tecnoprofissional (REFORMA UNIVERSITÁRIA, 1968, p.20).

Essa situação culminou na profissionalização dos quadros empresariais, tendo como parâmetro o tamanho e a complexidade das estruturas industriais. A nova concepção foi favorável à construção de um espaço potencial para a utilização dos administradores que passaram pelo sistema escolar.

A atuação dos administradores, no entanto, só pôde ser possível com a criação do modelo de desenvolvimento preconizado pelo Governo Juscelino Kubitschek, que se tornou, com o desenvolvimento da indústria automotiva, modelo para o desenvolvimento capitalista. Estruturalmente, este plano estava vinculado ao capital estrangeiro (COVRE, 1982).

¹ A democratização do ensino, conforme Covre (1982, p.76), foi um incentivo do governo, em 1968, para que a escola no Brasil e, conseqüentemente, o ensino superior, deixasse de ser elitista. Nesta situação percebe-se o surto de ensino superior, bem como o auxílio às faculdades particulares para que auxiliassem na expansão do ensino. Nesse sentido, foi promovida a reforma que conferia à universidade uma racionalidade instrumental para formar profissionais que pudessem ser aproveitados produtivamente.

O Plano de Metas foi uma das realizações marcantes do modelo de desenvolvimento do Governo Juscelino Kubitschek. A intenção era transformar a estrutura econômica do país pela criação da indústria de base, com estímulo ao capital e *know-how* estrangeiros (COVRE, 1982).

Segundo Ianni (1971, p.152), o Plano de Metas representou, para os empresários e governantes dos países desenvolvidos, que a participação do Estado brasileiro nas decisões e realizações ligadas à economia poderia ser uma garantia ao investidor internacional. O Governo brasileiro não era um risco para o investidor, pois procurava respaldar as ações deste último dentro da economia.

O Estado brasileiro garantiu a transformação da estrutura econômica do país, e o Plano de Metas relacionou quatro setores básicos a serem desenvolvidos: energia, transportes, alimentação e indústria de base. Dentre as metas específicas, constava uma que desenvolvia um programa de formação de pessoal técnico, ou seja, haveria a necessidade do ensino profissionalizante (COVRE, 1982, p.67).

As estratégias para desenvolver estes quatro setores objetivavam assegurar as bases materiais para nivelar a acumulação de capital brasileiro para um patamar mais elevado (KLINK, 2001, p.96). No ABC, setores como a indústria automobilística e derivados, como a metalúrgica, metal-mecânico e de máquinas e equipamentos, receberam um grande auxílio econômico e tecnológico no período entre a década de 1950 e 1960.

A instalação das indústrias no ABC, conforme Klink (2001, p.99), foi acelerada a partir dos investimentos no sistema rodoviário – principalmente a Via Anchieta, inaugurada em 1947, e a Via Imigrantes, inaugurada na década de 1970, e nos setores de bens de consumo duráveis e de capital. No entanto, três fatores locais foram decisivos para a constituição das empresas na região, sendo eles:

- 1) Disponibilidade de terrenos grandes e planos, além da posição geográfica entre o porto de Santos e a capital e a vinculação com outras

empresas que compuseram a mesma cadeia produtiva. Este padrão foi o utilizado pela indústria automobilística e por suas subsidiárias;

2) As empresas priorizaram áreas periféricas ou suburbanas por causa de suas externalidades negativas – resíduos sólidos, gases, etc. -, padrão utilizado pela indústria química que se instalou em Santo André e Mauá;

3) Os fornecedores da cadeia automobilística procuraram regiões perto da Via Anchieta, a pouca distância das matrizes automobilísticas. Padrão utilizado pelos setores como o metal-mecânico, máquinas e equipamentos plásticos.

O Plano de Metas desencadeou um significativo investimento para a região do ABC, ao longo da Via Anchieta e, pouco depois, da Via Imigrantes. Estes investimentos foram percebidos, principalmente, no ramo automobilístico, com a entrada de grandes montadoras, como a Volkswagen, a Mercedes-Benz, a Karmann-Guia e a Simca. O impacto da auto-estrada também trouxe à região, no mesmo instante, uma alocação de indústrias dos ramos farmacêuticos e plásticos – pela proximidade com a matriz automobilística.

Essa organização econômica da região, atrelada às perspectivas de desenvolvimento capitalista nacional, pode ter promovido o afloramento e a reconstrução de uma identidade industrial latente e que encontrou novas formas de representação diante dos novos processos de industrialização do ABC².

A criação das escolas de administração pode ter colaborado para a sustentação da identidade industrial da região, no sentido de formar pessoas que, embora trabalhadores ou não da indústria, se identificavam com a vocação industrial do ABC ou com sentimento de pertencimento a esta região.

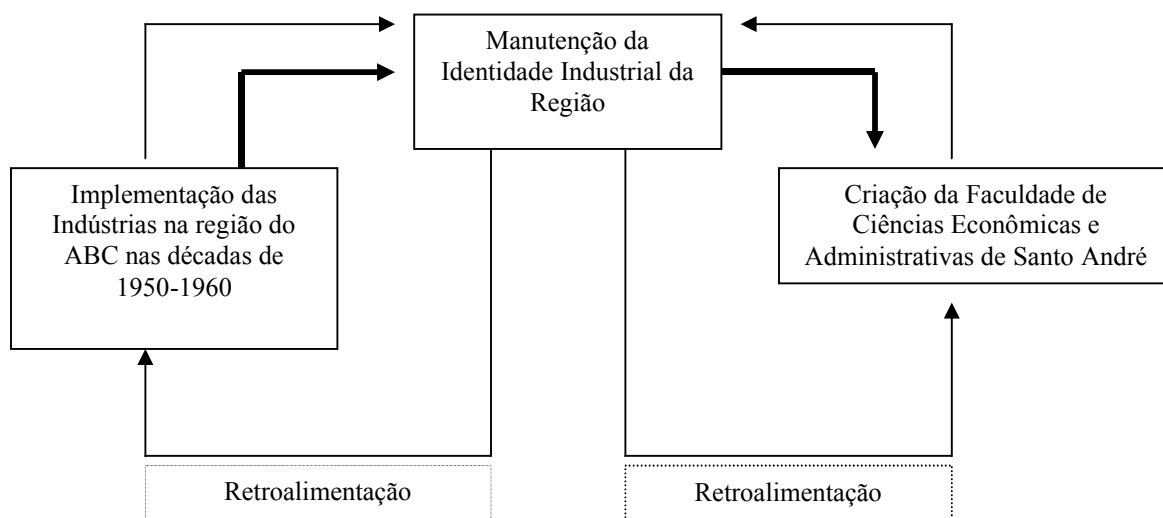
Nesse sentido, como demonstrará a figura 1, a criação das indústrias influenciou a reformulação da identidade industrial, que, julga-se nesta pesquisa, ter sido mais um dos fatores de contribuição para a criação dos cursos de administração de empresas.

Tais cursos, na década de 1960, voltavam-se para a formação de administradores de natureza burocrática e tecnocrática, bem como estimulavam as representações de identidade industrial, e esta continuamente poderia estar

² Conforme será demonstrado na contextualização histórica

estimulando a manutenção dos cursos de administração, ocorrendo o que se pode chamar de retroalimentação.

Figura 1 – Configuração da identidade industrial e sua retroalimentação.



Fonte: Lincoln N. Marcellos, 2006.

Em 1954 foi instalada a primeira escola de administração local criada na região do ABC, especificamente no município de Santo André, implantada pelo Poder Público municipal, denominada como Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Santo André.

Essa escola de administração foi, nas décadas de 1950 e 1960, exemplo do ensino da técnica burocrática para as empresas de grande porte, instaladas no ABC. A tecnologia avançada requeria o desenvolvimento de um processo de racionalização, ou seja, quanto mais as empresas aprimorassem a tecnologia, maior seria o processo de burocratização, aumentando a necessidade de uso de mão-de-obra com formação superior.

Diante dessas possibilidades historicamente apontadas, interessou ao pesquisador, investigar as possibilidades de influência da identidade industrial

local na criação desta escola de administração, considerando-a como um fator que, ao lado das questões econômicas e de política nacional, pode ter contribuído no desenvolvimento da região em sua relação com a administração de empresas.

Neste sentido, coloca-se a pergunta:

Em que medida a identidade industrial pode ter influenciado, nas décadas de 1950 e 1960, a criação da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Santo André, em função da demanda de desenvolvimento sócio-econômico vigente?

Tendo em vista essa indagação, propõe-se como objetivo geral dimensionar como a Identidade Industrial significou um dos fatores de influência na a criação da Escola de Administração de Santo André.

Como objetivos específicos, pretende-se compor os seguintes estudos:

- 1) Contextualizar historicamente a criação da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Santo André, nas décadas de 1950 e 1960;
- 2) Estabelecer a relação entre a criação desta escola de administração, o poder público local e o desenvolvimento regional;
- 3) Identificar as representações da Identidade Industrial no momento da criação desta Escola de Administração;

Nesse sentido, um estudo histórico, acerca do tema e dessas questões, permite uma compreensão do processo de desenvolvimento, inovando com a perspectiva de elencar fatores não econômicos que expliquem as opções e realizações ocorridas na região, em relação a importância da administração de empresas e o desenvolvimento regional.

O conceito de identidade, atualmente, apresenta-se como efetivo instrumento para indagação de questões de diversas áreas do conhecimento. Nesse sentido, essa pesquisa relaciona a questão da regionalidade e da identidade, como definiram os autores abaixo:

(...) pode ser definido como o uso político da identidade regional ou como a identificação consciente, cultural, política e sentimental que grandes grupos de pessoas desenvolvem com o espaço regional. Toda região tem uma identidade política que gira ao redor de interesses, obrigações, e de necessidades (GIL, GARCIA, KLINK, 2003).

Pela pesquisa documental histórica pode-se descrever a formação da Faculdade de Administração e Economia de Santo André. O período abrange as décadas de 1950 e 1960, dando ao estudo a vinculação histórica do processo industrial da região do ABC.

Interessou-se em investigar as possibilidades de influência da identidade industrial local na criação da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Santo André, considerando-a como um fator que, ao lado das questões econômicas e políticas, possa ter contribuído para o desenvolvimento regional.

O estudo histórico permite compreender o processo de desenvolvimento regional, inovando com a perspectiva de se elencar fatores não econômicos que expliquem opções e realizações ocorridas na região em relação à importância da administração de empresas, à técnica burocrática, e ao desenvolvimento regional.

A natureza de pesquisa exploratória, conforme esclarece Antonio Carlos Gil (2002, p. 41), é necessária para o tipo de pesquisa que tem como principal objetivo proporcionar maior integração ao problema proposto, torná-lo explícito, para em um momento posterior, possibilitar a visualização do objeto pesquisado, e, até mesmo, possibilitar a construção de hipóteses sobre o mesmo objeto.

O delineamento utilizado para este estudo foi o da pesquisa documental, permitindo-se o trabalho com base em documentos, valendo-se de materiais que não receberam tratamento analítico, ou que puderam ser reelaborados de acordo com as pretensões da pesquisa, além de valer-se dos objetos da

pesquisa bibliográfica, material elaborado, constituído em sua maior parte de livros e artigos científicos pesquisados (GIL, 2002).

As fontes de dados arroladas e estudadas compreendem:

- 1) a bibliografia histórica sobre o ABC e sobre a industrialização brasileira;
- 2) veículos de comunicações do ABC, como jornais e revistas da época;
- 3) documentos históricos, encontrados em acervos, fundos e coleções dos arquivos e museus do ABC;
- 4) documentações específicas da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Santo André (estatuto, ata de fundação, programas de disciplinas, prontuários de ex-alunos, entre outros);
- 5) entrevistas com personalidades e gestores da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas; e
- 6) documentos iconográficos (fotografias, gravuras, artes plásticas).

Com relação aos veículos de comunicações no ABC, foram averiguados jornais como: *Diário do Grande ABC*, *News Seller*, *O Repórter*, *Folha do Povo*, *A Gazeta*, *O Estado de S. Paulo*, *A Folha de S. Paulo*, *Folha da Manhã*, *O Disco*, *Jornal de Santo André*, *Diário Comércio e Indústria*, entre os anos de 1954 a 1970.

Com relação aos documentos históricos, foram arrolados panfletos chamativos para o vestibular, escritos e publicações de ex-alunos e de ex-professores, além de revistas comemorativas da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Santo André.

Com relação aos locais pesquisados fez-se o levantamento dos documentos na Fundação Santo André, no Museu Público de Santo André, na Câmara Municipal de Santo André, no acervo hipermídia do Núcleo de Memórias do ABC da Universidade IMES, e arquivos pessoais das personalidades entrevistadas.

Foi entrevistado o Prof. Nelson Zanotti primeiro diretor da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Santo André - FAECO. A entrevista de história oral de vida do acervo hipermídia *Memórias do ABC* da Universidade

IMES foi de André Rubens Didone, ex-diretor e ex-coordenador de economia e administração da FAECO.

Da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Fundação Santo André contou-se com as entrevistas de Ernesto Luiz Varela, aluno da primeira turma de 1957, Iberê Luiz Di Tizio, aluno da turma de 1966, Carlos Alberto Silveira Bello, aluno da turma de 1970, Ary Silveira e Luiz Antonio Ferreira, alunos da turma de 1970, Alcides Melillo Galante, aluno da década de 1960 e Valdir Demarchi, aluno da turma de 1968. Essas entrevistas foram concedidas à Marly Maria Cammarosano Kopczynski, por ocasião do Jubileu de Ouro da FAECO, disponível na “Revista Comemorativa 50 Anos Faeco – Memórias e Outras Histórias”.

Em um estudo sob a metodologia da memória, o depoimento supõe um acontecimento real vivido anteriormente em comum, e, por isso, depende da referência no qual participam presentemente o grupo e o indivíduo que o concebem (HALBWACHS, 1990). Os depoimentos dessas pessoas procuram colocar em discussão a lembrança de uma determinada experiência, que tenha valorizado a sua trajetória na instituição utilizando-se do passado para perceber o significado dessas experiências no presente, por meio da lembrança e da narrativa de memória de alguns participantes da primeira instituição de ensino superior que contemplava o ensino da Administração no ABC (KULCSAR, 2002 p. 13).

Assim, esta dissertação está vinculada à linha de pesquisa Gestão para o Desenvolvimento da Regionalidade do Programa de Mestrado em Administração da Universidade IMES, parte de um estudo histórico da criação dos cursos de Administração no ABC. Focada nas questões de identidade regional, oferecerá elementos para ampliar a discussão sobre as novas condutas do poder público municipal, sobre o papel do ensino de administração no contexto regional e ainda, questão de identidades locais fundamentadas no decorrer de um processo histórico. Diante do desafio de promover ações para o desenvolvimento regional, de proporcionar novas reflexões para a elaboração de novas pesquisas acadêmicas dotadas de maior precisão ou amplitude.

CAPÍTULO I

IDENTIDADE E REGIONALIDADE

Identidade Social e Industrial

A identidade pode ser considerada como um processo interno do indivíduo, em que lhe permite ser reconhecido como diferente dos demais e, concomitantemente, similar aos indivíduos de determinada classe, categoria, extrato social, grupo ou comunidade. A psicologia social tem entendido a identidade como um fenômeno social, que resulta dos significados formulados pela interação do indivíduo com a coletividade (MACHADO-DA-SILVA E NOGUEIRA, 2001, p.40).

A identidade caracteriza-se não pela unidade, mas por intermédio de relações e configurações, tornando-se flexível, aberta, aleatória e sempre provisória. A identidade é uma construção subjetiva e ao mesmo tempo uma inscrição social (GIUST-DESPRAIRES, 2000, p.201). De acordo com GOFFMAN (1963, p.134) a diferença, em si, deriva da sociedade ou da convivência social e, antes que uma diferença seja concebida como importante, ela deve ser coletivamente conceitualizada pela sociedade como um todo.

A identidade social é constituída não só pela representação que o indivíduo faz dele no próprio ambiente, mas também em contraposição aos grupos de oposição aos quais ele não faz parte (MACHADO, 2003, p.55). Pode, ainda, estar situada sob determinadas categorias ou agrupamentos personalíssimos, como a etnia, a preferência sexual, a classe social, a idade, portadores de deficiências, classe laboral, entre outros (MACHADO, 2003, p.57).

As identidades pessoais são partes dos interesses e definições de outras pessoas em relação ao indivíduo cuja identidade está em questão. A identidade social é expressada pela ação interativa, pois o indivíduo é o reflexo daquilo que diz, dos signos os que utiliza para subsidiar suas informações (GOFFMAN, 1963).

As numerosas configurações de identidade deram origem às reflexões dos teóricos da modernidade e da pós-modernidade, como Anthony Giddens (1991) e Boaventura Santos (1995) respectivamente, e representaram a adaptação do homem ao momento atual do mundo globalizado (LAURENTI e BARROS, 2000).

Para Santos (1995) no mundo globalizado há um capitalismo desorganizado, no qual o homem está obcecado pela diferença, sempre procurando por distinção com relação aos seus pares. Na proposta da modernidade, Santos demonstra que há duas linhas de construção da subjetividade que merecem destaque especial: *a tensão entre subjetividade individual e coletiva de um lado, e a subjetividade contextual e universal de outro* (SANTOS, 1995, p.137).

A complexidade do mundo capitalista gera questões sobre a identidade. A busca por uma proposta controlada pelo Estado estimulou uma identidade reduzida, porém genérica e abstrata. De acordo com Santos (1995), a modernidade fez com que as múltiplas identidades e os contextos intersubjetivos fossem reduzidos à vontade do Estado (SANTOS, 1995, p. 142).

Santos demonstrou a subjetividade do homem moderno. Não obstante, Manuel Castells (1999a) alega que a busca pela aquisição de novas identidades é necessária para que o indivíduo possa delimitar seu lugar no mundo e se fazer reconhecer perante os demais (CORRÊA, 2004).

A possibilidade do indivíduo ser reconhecido por meio de uma ou várias identidades torna-se a fonte de significação social em um cenário de desagregação das organizações sociais, deslegitimação das instituições e enfraquecimento dos movimentos sociais, que percorre toda a modernidade (CORRÊA, 2004).

Florence Giust-Despraires (2000, p. 202) considera que a identidade está inscrita no tempo, nos espaços e nas situações do cotidiano, porém para Stuart Hall (2001) e Manuel Castells (1999b, p.17), na pós-modernidade passa-se a viver uma realidade diferente, na qual as barreiras temporais e geográficas não

são significativas, quando as redes globais de intercâmbios conectam e desconectam indivíduos, grupos, regiões e até países sob os efeitos globalizantes.

A contextualização da identidade feita por Castells (1999b, p.24) segue os preceitos abordados por Anthony Giddens (2002) na contextualização do período pós-moderno, ou da modernidade tardia.

A busca pelo significado e pela construção identitária ocorre no âmbito da construção de identidades defensivas em torno de princípios comuns, em que inexitem barreiras temporais, tampouco territoriais. Seguindo este preceito, Castells (1999b, p.24) formatou uma distinção entre três formas e origens de construção das identidades:

- Identidade legitimadora: aquela introduzida e influenciada pelas instituições dominantes da sociedade, com o objetivo de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais;

- Identidade de resistência: concebida pelos atores sociais que se encontram em posição desfavorável ou estigmatizada pela lógica da dominação, construindo-se, assim, formas de resistência e sobrevivência com base em princípios diversos daqueles que estão vinculados à sociedade; e

- Identidade de projeto: concebida quando os atores sociais se utilizam de qualquer material cultural ao seu alcance, construindo uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade, e, ao fazê-lo, buscar a transformação de toda a estrutura social.

Do ponto de vista sociológico, toda e qualquer identidade é construída socialmente. Os indivíduos, os grupos sociais e as sociedades reorganizam o seu significado em função de tendências da própria sociedade e da própria cultura inserida em sua estrutura social (CASTELLS 1999b, p.24). A construção de uma identidade própria, como pode ter ocorrido na região do ABC, dependeu, segundo Castells (1999b, p.22) de um *processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, os quais prevalecem sobre outras fontes de significado.*

A histórica tendência cultural e política da região do ABC, e particularmente de Santo André, demonstra que a sociedade regional esteve inserida em uma estrutura preliminarmente operária, e, momentos depois, simultaneamente industrial. Contemplando-se a visão de Castells (1999b) é possível vislumbrar que a organização da sociedade do ABC esteve baseada nas representações industriais e operárias com a qual esta região permanentemente conviveu.

Bauman (2003, p.21) esclarece que não existem identidades fixas, fundadas, coesas e solidamente construídas e, se existirem, serão um fardo. Diferente da leitura que o senso comum leva a crer, a identidade não têm solidez. A identidade é dinâmica de acordo com o tempo e o espaço, portanto as identidades são negociáveis, revogáveis e podem ser construídas de maneira política, circunstancial ou, acima de tudo, contrastiva. Nenhuma identidade se constrói no vazio, tampouco do nada, ela será sempre uma reação ao outro, ao adverso, ao contrário.

Bauman (2003, p.21) também diz que: *Identidade significa aparecer; ser diferente e, por essa diferença, singular, e assim a procura da identidade não pode deixar de dividir e de separar.*

Podemos ser diferentes em qualquer período ou circunstância, o que virá a nos tornar singulares e desta forma, a identidade constrói um significado ou um conjunto de significados, porém ela é dinâmica o bastante para influenciar sempre o processo de reconstrução de outros significados (CASTELLS, 1999b, p.22).

Conforme Carla Garcia (1998, p.73) uma identidade “operária” no ABC passou a ser difundida desde o final do século XIX, quando da concepção das primeiras indústrias da região, que empregavam mão-de-obra em sua maioria masculina e de descendência estrangeira. Essa identidade operária evoluiu substancialmente com o advento do século XX. Nesse período, concebia-se uma identidade operária pelo fato de que os moradores da região ainda não se identificavam por um perfil industrial, mas com as representações de

trabalhadores imigrantes que já tinham um ofício tradicional familiar e buscavam aplicar este ofício na produção de seus bens e serviços.

Mas, a imagem da região sofreu reformulações, assim como a característica das pessoas que faziam parte desta integração. Porém a essência sempre foi a mesma, determinada pela estruturação industrial. A identidade operária foi abalizada pela primeira experiência de importação e exportação de mercadorias e produtos naturais no século XIX. Nesse período se materializou a importância estratégica da região, que começou a atrair imigrantes (ALVES, 2000, p.8).

Durante o período da estruturação da indústria (1940-1950) associada à autonomia política adquirida pelo ABC houve a consagração de uma identidade industrial, que diferiu da identidade operária, de forma que representações em âmbito regional voltaram-se para sua consolidação desta identidade que esteve intimamente ligada ao novo modelo capitalista mundial industrial e à autonomia política da sociedade civil (ALVES, 2000, p.8).

O ABC a partir de 1950 apresentou um novo modo de acumulação de capital, promovendo o investimento internacional, desta forma concebeu uma nova estrutura industrial. Esta situação culminou com o surgimento de interesses internacionais no país (PERAZZO, 2002, p.34). Ademais, no mesmo período, apresentou a consolidação da simbolização do espaço como berço de movimentos sociais e políticos, que ajudaram a garantir a redemocratização do Brasil na década de 1970, consagrando a autonomia política da sociedade (ALVES, 2000, p.8).

Leite pressupõe que a Identidade Operária de um determinado agrupamento possa ser formada pelas transformações substanciais em áreas importantes para o trabalhador, como *a qualificação, o conteúdo do trabalho, as relações de poder no interior das empresas e as condições de trabalho em geral, as inovações tecnológicas atuam também de forma importante no processo de definição da identidade operária* (LEITE, 1994, p. 37).

A identidade industrial surgiu a partir da acumulação e agregação de determinados elementos da identificação operária, da identificação suburbana,

da identificação sindical, da identificação mobilizatória, na identificação fabril, na identificação histórica, da identificação regional, da identificação locacional, da identificação desenvolvimentista, e em todas as outras identificações que levaram em consideração o imaginário social comum.

Nesse sentido, parte-se da hipótese de que a identidade industrial, nas décadas de 1950 e 1960, pode ter sido o liame da constituição dos cursos de administração e o desenvolvimento da indústria na região. O sentimento de identidade pode ter contribuído também para a implantação de um sistema de ensino, voltado para as práticas administrativas e burocráticas das empresas de grande porte da região.

A identidade legitimadora de Castells pode ter dado um novo formato às organizações, instituições e atores sociais do ABC, sendo que esta nova identidade industrial, por sua vez, pode ter racionalizado as fontes de dominação estrutural.

A sociedade no ABC é composta por Igrejas, sindicatos, partidos políticos, cooperativas e outros agrupamentos civis que respaldam a estratégia do Estado. O Estado organizou a industrialização na região, não obstante a industrialização da região, conforme revisão da literatura, esteve alinhada aos interesses das grandes empresas estrangeiras. As novas representações influenciadas pelo Estado provavelmente acionaram um arcabouço simbólico na sociedade civil, no sentido de garantir a eficácia dos resultados projetados pelo próprio Estado.

A identidade social, neste momento concebida como industrial, foi apropriada pelas indústrias implantadas na região por intermédio do auxílio Estatal. Por este motivo a manutenção da identidade industrial é necessária para que possa ser criada na região um conjunto de situações e intervenções que favoreça a manutenção da estrutura industrial capitalista, mesmo que reestruturada nas últimas décadas.

De modo objetivo, o Estado implantou a idéia de que a industrialização feita pelo capital estrangeiro seria boa para a região que já era industrial, desta forma os munícipes do ABC acreditaram que a manutenção do capital

estrangeiro, por intermédio das empresas transnacionais, fosse necessário para fortalecer o desenvolvimento sócio-econômico na região.

Pode ser que a contextualização das identidades – industriais, étnicas ou mesmo sociais - passem pelo crivo do capital, que sem dispensar a funcionalidade institucional do Estado, crie um suporte paralelo para mantê-las, como agências financeiras e monetárias internacionais (SANTOS, 1995, p.128). Desta forma o suporte institucional paralelo pode ter sido necessário para a manutenção do vínculo identitário local e dos interesses do capital.

A identidade industrial no ABC, nas décadas de 1950 e 1960, foi reorganizada a partir da existência de uma identidade operária na região, concebida desde o final do século XIX, atrelada ao sentimento de diferenciação dos demais indivíduos de outras regiões e pela similaridade com os indivíduos da própria região (MACHADO-DA-SILVA E NOGUEIRA, 2001, p.40).

Conforme Evers (1984), pode-se considerar que a identidade industrial não pode ser formada por estruturas autoritárias, pois necessariamente excluiria a uniformidade. Tal sentimento e possibilidade de representação desenvolveram-se dentro da diversidade, de acordo com um cenário político que promovia a representação diferenciada entre os grupos sociais.

Para Alves, os pilares sobre os quais está assentada a identidade industrial do ABC, são os seguintes:

(...) a relativa vitória sobre a desintegração física e simbólica, com a conquista de direitos em meio à tensão crítica; a intercomunicação de segmentos a produzir a condição de pessoa dentro da associatividade de trabalhadores; o aproveitamento dos signos da opulência econômica e política – em parte uma miragem – para a distribuição menos desigual aos segmentos da sociedade organizada; a busca e, em parte, a conquista da autonomização dos saberes e seu uso político nas

organizações populares, a despeito das contínuas operações contrárias à autonomia organizada (...) (ALVES, 1999, p.41).

A conquista de direitos e a desintegração física e simbólica significaram a autonomia regional institucionalizada, devido à força política dos imigrantes estabelecidos na região da Borda do Campo. Os movimentos operários produziram um processo de agregação social, que culminou na formação da identidade operária, tornando-se fator de influência para os atos daqueles que compunham os núcleos coloniais da região (ALVES, 1999, p41).

A designação de “Cidade Operária” para Santo André revela que o elevado número de trabalhadores industriais e a presença significativa da classe operária foram o cerne para a formação do movimento operário e sindical e para o desenvolvimento de forças políticas que deram origem às ligas e às uniões operárias. De início pôde-se constatar a repercussão que tal empoderamento operário causara para o Estado capitalista, por meio das repressões, das prisões e perseguições, além das demissões e das “listas negras”, que identificavam as lideranças dos movimentos operários para em um segundo momento os coagir (CAMACHO, 1999, p.103).

A formação da identidade operária da região do ABC está ligada à identidade de resistência. A região, desde o final do século XIX, vem passando por sucessivos processos de organização popular e luta por direitos, frente à organização do capital e a imposição de suas diversas culturas (GIORDANO, 1992; CAMACHO, 1999; LEITE, 1994; ALVES, 2000; FRENCH, 1995). De acordo com ALVES para analisar os processos de organização popular e luta por direitos, deve-se reinterpretar a história dos movimentos operários do passado, pois não é possível analisá-los apenas como movimentos sem compromisso, mas movimentos populares provindos de situações culturais e sociais conflitantes (ALVES, 1999).

Florence Giust-Despraires congrega deste pensamento, pois concebe que os mecanismos de defesa regulam as relações sociais e são particularmente tocados na reorganização das construções identitárias. A crise revela a

construção de uma identidade, pois trata-se de uma nova representação, em que cria novos significados e provém de transformações sociais. Neste caso a identidade passou de uma tensão conflitante entre as lógicas sociais e as necessidades psíquicas dos indivíduos (GIUST-DESPRAIRES, 2000, p.205).

Qualquer tipo de dominação, de acordo com Evers (1984, p. 18), é uma usurpação da identidade, ou seja, nenhum movimento social pode ir além de tentar recuperar sua própria identidade, lutando contra várias frentes de dominação. Por intermédio da identidade, pode-se manipular sua defesa e evitar sua extinção.

A identidade de resistência não pode ser dada por outrem, deve ser um processo no qual deve ser construída, sobre uma prática social consciente e autodeterminada, associada aos movimentos sociais (EVERS, 1984, p.18). Existe uma condição *sine qua non* para a existência dos movimentos sociais que é a provocação da identidade *versus* a alienação, a identidade só poderá existir a partir do momento que a expressão política de determinado movimento social sobrepujar a alienação concernente a este mesmo movimento (EVERS, 1984, p. 22).

A dinâmica da identidade industrial no ABC está ligada tanto ao caráter legitimador, em que o capital concebe uma nova situação cultural e de representação social (SANTOS, 1995), quanto ao caráter de resistência, pois diante de progressivos conflitos entre trabalho e capital, ressalta-se a motivação para o processo de reorganização social e de uma recomposição identitária (ALVES, 2000).

Conforme Castells (1999b, p. 24) a dinâmica das identidades ao longo da seqüência distintiva – legitimadora, de resistência e de projeto - evidencia que nenhuma identidade pode ser concebida em essência, e nenhuma delas se encerra por si mesma, ou seja, nada impede uma identidade que, inicialmente, é de resistência, tornar-se legitimadora em um segundo momento.

Memória e Lembranças Sociais

A memória pessoal é originada pelas lembranças únicas e pessoais do eu e, assim, são intrínsecas à pessoa (HALBWACHS, 1990, p.55). A memória histórica supõe a reconstrução dos dados fornecidos pelo presente da vida social e projetada no passado reinventado. Essa memória é mais ampla que a coletiva, porém representa o passado de forma abstrata. A memória coletiva recompõe o passado e esclarece o pensamento coletivo, não é isolada, nem mesmo estática (HALBWACHS, 1990, p.54).

A memória pessoal é determinada como um ponto de vista sobre a memória social, este ponto de vista muda conforme o lugar que o indivíduo ocupa e este lugar pode mudar de acordo com as relações que este mesmo indivíduo mantém com outros meios (HALBWACHS, 1990, p. 54).

A memória está ligada à lembrança de experiências vividas, não é o físico ou o territorial que permite a existência de determinado grupo, mas a dimensão do pertencimento social, que mantém vivas as lembranças comuns, essenciais para a geração de uma memória social (FÉLIX, 1998, p. 42). Nesse sentido, estudar a memória social contribui para a abordagem de problemas que tenham fundamento no tempo e na história (LE GOFF, 1984, p.13).

O vínculo desta pesquisa é com a memória social, que de acordo com a concepção de Maurice Halbwachs, é *a sucessão de lembranças, mesmo daquelas que são mais pessoais e explica-se sempre pelas mudanças que se produzem em nossas relações com os diversos meios coletivos* (1990, p. 54).

A memória social está presente nas grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas. A memória coletiva pode ser considerada, ademais, um instrumento e um objetivo de poder (LE GOFF, 1984, p.46).

De acordo com Félix (1998, p.35), a memória é um dos suportes essenciais para o encontrar-se dos sujeitos coletivos, ou seja, para a definição

dos laços de identidade. De acordo com Jacques Le Goff (1984, p.46), a memória é um elemento essencial da identidade.

A memória pode apresentar vários sentidos, como de herança, pois é herdada e não se refere à vida física das pessoas; de construção, como fenômeno consciente ou não; e de **identidade**, no sentido da pessoa construir sua própria imagem, de si, de outros e do meio (ODAIR, 2003, p.18).

Dentro destes sentidos, a memória deve ser vista como uma forma de reconhecimento de si mesmo, de lembrar a experiência vivida, de situar-se no mundo. A memória representa um campo político, de formação de consciência, por um agregado de imagens que implicam em sentimentos e dúvidas individuais, mas que está sempre relacionada ao passado coletivo, junto a lembranças de outros indivíduos (RODRIGUES, 2004).

Tanto a memória como a identidade, necessitam ser estudadas no contexto do grupo social, pois, conforme Machado (2003, p.56), a representação de um grupo deve ser comum, porque é derivada de inúmeras histórias vivenciadas em conjunto, e também por saberes comuns.

O grupo social constitui a imagem de uma totalidade integrada. A identidade social pode ser representada pela unidade e pelo processo de identificação e distinção, em que cada indivíduo busca uma coesão com iguais e uma demarcação de posição em relação aos desiguais (MACHADO 2003, p.56). Cada grupo social empenha-se em manter uma semelhante persuasão junto a seus membros, e, por isso, busca constituir uma forma de classificar os desiguais, de modo que todos aqueles que fazem parte do grupo fiquem sempre coesos (HALBWACHS, 1990).

A identidade associa-se também aos espaços, onde estão fixadas as lembranças de lugares e objetos presentes nas memórias, como referenciais. A memória acaba quando são rompidos os laços afetivos e sociais de identidade, já que o suporte da identidade são os grupos sociais (FÉLIX, 1998, p.42).

CAPÍTULO II

INDUSTRIALIZAÇÃO E ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO

Desenvolvimento Regional

No século XIX, o município de Santo André da Borda do Campo³ era composto essencialmente por pequenos estabelecimentos caseiros, que projetavam grande parte do parque industrial da região (GIORDANO, 1992). A partir de 1899, tais estabelecimentos passaram a representar o cerne da indústria de Santo André e da região e deram origem às primeiras fábricas, vinculadas tanto ao capital nacional, quanto internacional (CAMACHO, 1999, p.102).

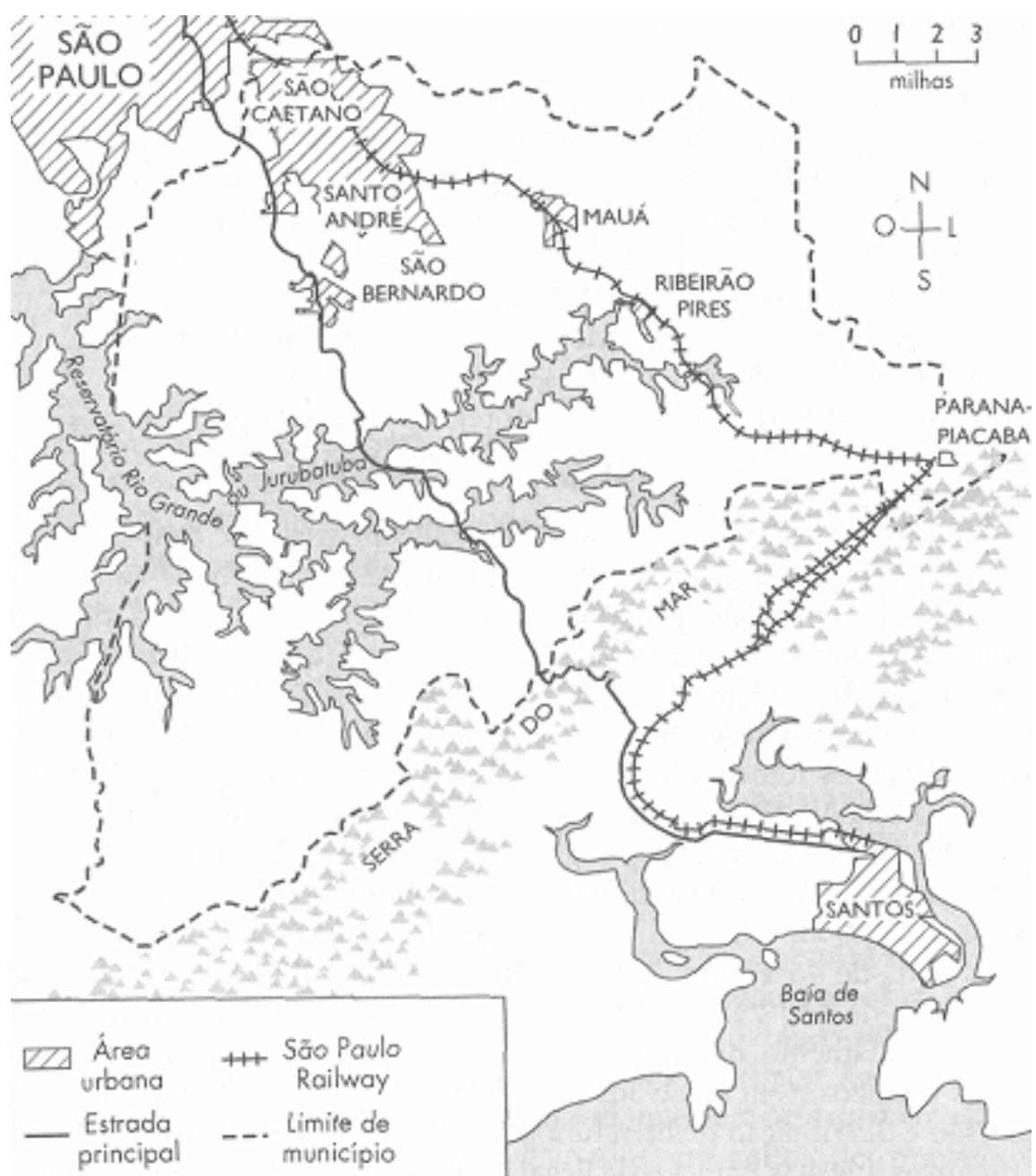
As indústrias da região não ficavam aglutinadas em um determinado local, muito menos dispersas por toda a extensão territorial do município, mas estavam constituídas ao longo de rios e outros corredores de circulação. O rio Tamandateí e seus afluentes foram fator de influência para a instalação de indústrias na cidade de Santo André. Outros fatores como o solo (para os projetos das fundações e dos edifícios industriais), o tipo de clima, a proximidade da Represa Billings (para o fornecimento de energia) e do porto de Santos também contribuíram para tal desenvolvimento (GIORDANO, 1992).

A instalação da Ferrovia “São Paulo Railway” em 1867, de propriedade inglesa, também determinou o crescimento e o desenvolvimento industrial da região. Esta atendia a uma grande extensão territorial do antigo município de Santo André da Borda do Campo e sua instalação provocou a economia local e o desenvolvimento de dois distritos industriais, oriundos de duas principais

³ A atual região do Grande ABC anteriormente era conhecida como a municipalidade de Santo André da Borda do Campo. Porém, em 1889, passou-se a se chamar de São Bernardo do Campo, que tinha como sub-divisões os distritos de Santo André, São Caetano do Sul, Ribeirão Pires e Paranapiacaba. Em 1938, a sede municipal foi transferida para o município de Santo André, ficando São Bernardo reduzido à condição de Distrito (GIORDANO, 1992).

estações ferroviárias: a de Santo André e a de São Caetano do Sul (FRENCH, 1995, p.19).

Figura 2 – A Instalação da Ferrovia “São Paulo Railway”, 1900-1950.



Fonte: FRENCH, John D. *O ABC dos Operários: Conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950*. São Caetano do Sul: Editora Hucitec, 1995.

O transporte ferroviário foi o mais importante fator para a fixação de domicílios em Santo André e na região, pois levou em consideração as ligações já existentes entre a metrópole São Paulo e o litoral, além de possibilitar o provento de matérias-primas e o escoamento dos produtos finais para o próprio mercado estadual e nacional (GIORDANO, 1992, p.6).

A chegada de imigrantes italianos, em 1877, colaborou para o avanço do processo de urbanização e a identificação político-social, pois estes, na sua maioria gente rural, já estavam moldados para o sistema industrial de produção (ALVES, 1999, p.25). Não obstante, os trabalhadores imigrantes sinalizavam impulsos tendentes à sua fixação na rota da Serra do Mar, constituindo quatro principais núcleos conhecidos como “Borda do Campo”, sendo eles: São Bernardo, São Caetano, Santana e Glória (ALVES, 1999, p.26). O estabelecimento dos imigrantes nesses núcleos regionais provocou o desejo de mudança do *status* político das vilas e das freguesias, impulsionando as emancipações políticas. Este desejo de mudança estava intrinsecamente ligado ao sentimento de modernidade, de divisão do trabalho e de mudança cultural (ALVES, 1999, p. 27).

Logo que chegaram os imigrantes houve um desenvolvimento local de fábricas de diversos ramos, como química, têxtil, metalúrgica. De acordo com Camacho (1999, p.102), nesse momento, respaldada pela concentração de indústrias e de trabalhadores, o núcleo de Santo André da Borda do Campo recebe o título de “Cidade Operária”. Esta designação era reconhecida pelos próprios moradores e isto se explica com o grande número de trabalhadores que ali se encontravam e à presença de atividade política significativa da classe operária e do movimento sindical.

O título de “Cidade Operária” ou “Cidade das Chaminés” consagrou também a formação de uma identidade operária, na região de Santo André. Esta identidade foi construída a partir do século XIX, essencialmente sobre o modelo da virilidade, tanto no cotidiano e como no privado, na esfera pública e política.

O modelo da virilidade é representativo da característica da mão-de-obra imigrante e da luta pelo desenvolvimento social (GARCIA, 1998, p.73).

No final do século XIX, os núcleos regionais conseguiram sua emancipação, gerando menor apoio estatal e entrega dos grupos operários à sua própria sorte. (ALVES, 1999, p.31). A identidade operária foi paulatinamente consolidada a partir de 1907, quando tecelagens e outras empresas menores no ABC empregavam pelo menos 1.000 operários, em uma população total de 10.000 habitantes, fazendo com que a região fosse reconhecida como o mais importante subúrbio industrial de São Paulo (FRENCH 1995, p.19). Em 1910, existia uma significativa comunidade de operários, no entanto a produção industrial era composta de engenhos de serra, moinhos de fubá, olarias e carpintarias (ALVES, 1999, p. 34).

O movimento operário influenciou de forma efetiva a criação de uma identidade de classe⁴, construída sobre uma experiência de luta mais ampla que extrapolou o ambiente da fábrica (LEITE, 1994). Tal identidade de classe levou em consideração as experiências vividas dentro e fora da fábrica, as lutas contra o poder do capital e do Estado. Nesse sentido, os trabalhadores constituíram uma identidade e posicionaram-se como sujeito coletivo capaz de criar organizações voltadas para a defesa dos direitos dos trabalhadores (LEITE, 1994). A identidade de classe e a industrialização foram fundamentais para a formação de uma identidade operária no início do século XX, sendo esta o ponto de partida para a formação de uma identidade industrial na década de 1950 (ALVES, 2000).

⁴ Tal denominação “identidade de classe” não implica em um posicionamento teórico alinhado exatamente às propostas marxistas. A idéia do autor está vinculada ao sentimento de identificação pelo trabalhador pertencer a uma comunidade operária politizada, que, organizada, provocava movimentos políticos em prol da melhoria de condições e para a criação de novos direitos. Leite, ademais, diferencia e caracteriza a identidade de classe com relação à identidade operária: *Com efeito, enquanto a identidade de classe se relaciona com as experiências vividas a partir do confronto entre capital e trabalho, a identificação do trabalhador com sua atividade consiste na representação que os trabalhadores fazem de si mesmos em função da auto-imagem e da autovalorização que eles constroem de sua profissão a partir das experiências vividas na produção e que se refere, nesse sentido, ao sentimento de dignidade profissional* (LEITE, 1994, p. 38).

A região do ABC durante o final do século XIX e ao longo do século XX ganhou notoriedade por constituir um importante pólo de desenvolvimento operário e industrial, colaborando para transformações administrativas, econômicas e sociais do Estado de São Paulo e do Brasil. A distância do mar e da capital deram ao ABC perspectivas para um crescimento estruturado e particularmente industrial, no sentido de que, famílias de imigrantes artesãos e empreendedores sentiram-se a vontade para se instalarem em uma região de economia diversificada que permitia um escoamento de suas produções fosse para a capital, fosse para o litoral, fosse para outras regiões do país. Outros fatores foram importantes para a consagração da região enquanto pólo industrial, sendo eles o Rio Tamanduateí, o clima ameno, um bom solo para construção, e a ferrovia “São Paulo Railway” (KLINK, 2001).

Estes elementos agregados fizeram com que, paulatinamente, na década de 1880, a região fosse representada pela organização operária de sua população. A identidade operária progressivamente cresceu a partir do final do século XIX, quando a região passou a abrigar algumas indústrias de expressão nacional, como as Indústrias Matarazzo, além de uma classe de trabalhadores atuantes (GARCIA, 1998).

Na década de 1930, os interesses do capital internacional encontravam-se perceptivelmente integrados à região do ABC. Neste período a intervenção do Estado na economia regional era visível e decisiva para o desenvolvimento econômico da região nas décadas posteriores (KLINK, 2001).

Dessa forma, consegue-se conceber que a identidade industrial pode ter sido estimulada e reestimulada a partir da representação que a coletividade do ABC, e de Santo André, deu a si mesma por pertencer a um agrupamento com características sociais, laborais (identidade operária), políticas, culturais e territoriais peculiares. A identidade industrial pode ter sido estimulada em um dado tempo e espaço, adequado para que a própria sociedade do ABC descobrisse representações comuns e por conseguinte criasse um sentimento de pertencimento a um determinado grupo regional (WHETTEN e GODFREY, 1998 *apud* MACHADO, 2003).

A Importância do Ensino Superior

O intelectual da Idade Média surgiu nas cidades a partir do desenvolvimento urbano ligado às funções artesanais e comerciais. Sua projeção direcionava-se ao ofício instalado na cidade e pelo qual promoveu a divisão do trabalho (LE GOFF, 2003, p.29). A Universidade, integralizada pelas faculdades, encontrou na cidade o seu grande ponto de referência e de institucionalização. De um lado encontravam-se mestres e artesãos e, de outro, as formas corporativas, que permitiam a estes funcionar e mesclar seus aprendizados com as aspirações da cidade (LE GOFF, 1988, p.60).

As universidades, a partir de então, configuraram-se em uma rede de conversações acadêmico-científicas entre mestres e estudantes, de onde eram concebidas as idéias. Porém, a ciência não poderia ficar restrita aos acadêmicos, o intelectual tinha consciência de que a ciência deveria ser colocada em circulação. Dessa forma, as universidades significavam as oficinas, de onde eram exportadas as idéias, fruto do esforço intelectual. Na Idade Média, nas universidades, os intelectuais cuidavam do conhecimento empírico, enquanto os clérigos, na Igreja, cuidavam dos valores e das verdades mais profundas e substantivas, e esta concepção se manteve até o início do século XIII (LE GOFF, 2003, p.88).

Ocorre que no século XIII, houve uma evolução das universidades e sua origem estava na consolidação do novo intelectual que conquistou espaço na cidade. De forma engenhosa, lutou contra os poderes eclesiásticos, adquirindo autonomia, fazendo, assim, com que se organizassem, lentamente, as novas corporações universitárias (LE GOFF, 2003, p.94).

A partir do século XIX, as Universidades, livres de dogmas e controles externos, se abriram gradualmente para o conhecimento científico e técnico, facilitando o seu crescimento e desenvolvimento. O conhecimento científico, tecnológico e social foi produzido, desde o século XIX, em muitas outras instituições além das igrejas e universidades. Assim, as instituições atuais de ensino superior se transformaram em mecanismos para dar às pessoas as habilidades e informações básicas de que necessitavam para ganharem acesso a outras instituições, tornando-se o local onde os conhecimentos são efetivamente produzidos e processados (SCHWARTZMAN, 1987).

As universidades contemporâneas ocidentais mantêm suas funções clássicas de geração e codificação do conhecimento, não obstante, estão intimamente ligadas à formação técnica e operacional de pessoas, desenvolvendo habilidades a um custo razoável para a sociedade. No período do capitalismo liberal do século XX, a educação, promovida pelas universidades, significava transmissão de cultura, formação do caráter pessoal e modo de socialização. Mais tarde, a educação passou também a voltar-se para o trabalho, para o ensino de conhecimento utilitário e para o ensino de técnicas para promoção do desenvolvimento tecnológico no espaço da produção industrial (SANTOS, 1995, p.170).

A educação foi dividida entre cultura geral e formação profissional. Na década de 1960, a universidade tentou compatibilizar o ensino da educação humanística e o ensino da formação profissional (SANTOS, 1995, p.171). Momentos depois, passou a conceber novas formas de diferenciação do ensino: entre as faculdades profissionais tradicionais – direito e medicina -, as faculdades de especialização profissional – engenharia, tecnologia, economia e

administração -, e as faculdades “culturais” – letras e ciências sociais – (SANTOS, 1995, p.171).

Nas últimas décadas, a evolução dos processos produtivos fez com que a educação deixasse de ser anterior ao trabalho industrial para lhe ser concomitante . A formação educacional e a profissional aglutinaram e, assim, a Universidade foi chamada para participar ativamente no desenvolvimento tecnológico e burocrático do sistema de produção nacional (SANTOS, 1995, p.173).

No Brasil, essa nova ordem culminou com a valorização das escolas burocráticas e tecnológicas, principalmente, durante os Governos de Getúlio Vargas (1950-1954) e Juscelino Kubitschek (1955-1960), em que houve o processo de concentração de empresas internacionais no país, exigindo mão-de-obra especializada e profissionais de nível superior, em condições de analisar, controlar e planejar as mais diversas atividades empresariais (COVRE, 1982, p.72).

Perazzo (2002, p.34) esclarece que os interesses do capital internacional estiveram presentes desde a segunda metade do século XIX, porém somente na metade do século XX é que o país consolidou o modelo de internacionalização da economia. A intervenção do Estado na economia que já era realizada desde a década de 1930, pelo primeiro Governo de Vargas, tornou-se decisiva a partir da década de 1950 pelo Governo Kubitschek.

A partir de 1950, o Brasil passou a apresentar um padrão de acumulação de capital tipicamente capitalista. Esta situação cumulou com o surgimento de interesses internacionais no país e o aparecimento de inovações tecnológicas, que por conseguinte influenciaram decisivamente a nova política educacional do Estado (PERAZZO, 2002, p.34). Neste ínterim, nas reformas educacionais implementadas pelos governos militares contaram com alguns elementos da convicção militar, contudo fortemente balizados por recomendações oriundas de agências internacionais que garantiriam o interesse do capital e protegeriam o país da ameaça do socialismo (SILVEIRA, 2006).

Boaventura (2001) atribui à educação o papel da formação do homem brasileiro atrelado ao crescimento econômico ocorrido nas décadas de 1950 e 1960. A política educacional naquele momento tinha como finalidade o desenvolvimento econômico do país, ou seja, a formação do capital humano estabelecido pelo vínculo entre educação e trabalho (SILVEIRA, 2006).

Boaventura, destaca, ainda, que nesse período coexistiram duas concepções distintas de educação, voltadas, ambas, para o nacional-desenvolvimentismo, sendo elas, em suas palavras:

1ª) formadora da consciência nacional e instrumentalizadora de transformações político-sociais profundas, na sociedade brasileira, expressa principalmente por Álvaro Vieira Pinto, nos cursos e publicações do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), e traduzida nos movimentos de cultura e educação popular do início dos anos 1960;

2ª) preparadora de recursos humanos para tarefas da industrialização, modernização da agropecuária e ampliação dos serviços, postura bastante clara desde os discursos de Juscelino Kubstichek, determinante nos planos de seu governo e diretriz para os investimentos mais substanciais no sistema educacional, a partir de 1955 (BOAVENTURA, 2001, p.242).

A primeira concepção está relacionada à exacerbação cultural e política da gestão do Ministro da Educação Paulo de Tarso (18 de junho de 1963 a 21 de outubro de 1963), ao mesmo tempo há a organização dos sindicatos de trabalhadores urbanos e rurais, a criação das Ligas Camponesas, e as mobilizações populares para Reformas de Base (agrária, econômica, educação), entre outros movimentos populares (SILVEIRA, 2006).

A segunda concepção da década de 1950, anterior à primeira, tornou-se particularmente hegemônica (SILVEIRA, 2006), *fundamentada principalmente na teoria do capital humano e traduzida no enfoque de mão-de-obra dos planos de educação elaborados na esfera do então Ministério do Planejamento e da Coordenação Econômica* (BOAVENTURA, 2001, p.243).

A visão do governo brasileiro era de subordinar a estrutura da educação em seus diversos níveis para um projeto de crescimento e desenvolvimento econômico atrelado ao interesse do capital internacional. Esse via o Brasil como um país que proporcionasse rendimentos espetaculares e sólidos, segundo Boaventura (2001, p. 245), concebem-se os verdadeiros fundamentos da reforma do ensino de primeiro e segundo graus e do ensino superior:

(...) em 1966/67, com o poder nas mãos, os designados tecnocratas, a partir dos mesmos princípios, articulavam outras soluções. Todo arsenal teórico-metodológico do planejamento e da economia da educação estava sendo aplicado para subordinar a educação, em seus diversos níveis e modalidades, ao projeto autoritário de crescimento econômico e inserção subordinada da economia brasileira no capitalismo internacional. É também nessa direção que se processam as reformas do ensino de 1º e 2º graus e do ensino superior (BOAVENTURA, 2001, p.245).

Após a nova formatação do Estado, tipicamente capitalista, o governo militar estabeleceu uma série de convênios, a partir de 1964, entre o Ministério da Educação (MEC) e a United States Agency for International Development (USAID). Os convênios, conhecidos como acordos **MEC/USAID**, tinham o objetivo de implantar o modelo norte americano nas universidades brasileiras por meio de uma reforma universitária profunda. Segundo estudiosos, pelo acordo **MEC/USAID**, o ensino superior exerceria um papel estratégico porque

lhe caberia formatar o novo quadro técnico que desse conta do novo projeto econômico brasileiro, alinhado com a política norte-americana. Além disso, visava a contratação de assessores americanos para auxiliar nas reformas da educação pública, em todos os níveis de ensino (MENEZES, 2006).

O mais importante na reforma educacional foi o decreto-lei de 1966, assinado pelo presidente Castelo Branco, em que setores básicos do conhecimento, que tinham pouco relevo na organização original das universidades, passaram a ter uma importância muito maior – concepção defendida pelos educadores brasileiros desde a década de 1930 - fazendo com que sucumbisse a reforma universitária proposta pelo acordo **MEC/USAID** (SANTOS, 2004).

Alguns setores da sociedade, inclusive as organizações estudantis, acreditavam que o convênio com os Estados Unidos projetaria a privatização do ensino no Brasil. Diante da violenta oposição dos meios intelectuais e estudantis contra os acordos **MEC/USAID**, o governo criou, em 1966, um Grupo de Trabalho encarregado de estudar a reforma educacional e universitária, propondo outro modelo concebido como Reforma Universitária (MENEZES, 2006). A evolução dessa nova universidade brasileira estava ligada à contextualização do ensino superior enquanto serviço social, em que se equiparava a todos os outros serviços de caráter primário oferecidos pelo governo, como saúde, saneamento básico, segurança, entre outros (REFORMA UNIVERSITÁRIA, 1968, p.25).

Conforme o modelo Reforma Universitária (1968, p.43) a finalidade primeira do estabelecimento de uma nova estrutura do ensino superior no Governo Kubitschek foi o atendimento das necessidades da sociedade, indicadas pelo déficits ou superávits de mão-de-obra qualificada no mercado de trabalho.

Roberto Santos destaca que o modelo da reforma universitária foi imprescindível para a evolução da educação e da concepção de universidade enquanto instituição voltada para o desenvolvimento científico e da pesquisa, em suas palavras:

As coisas se confundem por causa dos complementos à reestruturação feitos para enfrentar o movimento estudantil, e que pegam particularmente na questão da representação estudantil (...) Tanto na representação estudantil como no governo da universidade as coisas foram muito alteradas e a isso é que chamam de reforma universitária. Mas o que nos importa, do ponto de vista do desenvolvimento científico da universidade, é que a reestruturação de que falo implantou o ensino das ciências na generalidade das universidades. O que a reestruturação gerou, portanto, foi a possibilidade da pesquisa científica dentro das universidades (SANTOS, 2004).

O processo de industrialização e urbanização vivenciado pelo Brasil nos anos de 1950 e 1960 sofreu pressões devido ao aumento da demanda por ensino superior, além do novo quadro de necessidades delineadas pela sociedade, ressaltando-se o profissional especializado na técnica burocrática (COMINI, 1994, p.12).

Como descreve Covre (1982, p. 181), o administrador ao lado do economista, constituiu-se no técnico específico requerido pelo novo sistema de produção implantado nas décadas de 1950 e 1960 no Brasil. Tais administradores e economistas estavam intimamente ligados às novas necessidades do processo econômico, em que voltava o desenvolvimento do ensino superior para a formatação da grande empresa.

Para a operação do empreendimento capitalista passou a ser imprescindível a utilização de um profissional que incorporasse a nova dinâmica neocapitalista, cujos conhecimentos estivessem centrados na área de marketing, finanças, planejamento empresarial, entre outros. O conteúdo da formação do profissional administrador esteve ligado à ideologia

desenvolvimentista, esta ideologia voltada para os interesses da Grande Unidade de Produção foi o modelo aplicado em quase todas as outras escolas de administração, na década de 1960 (COVRE, 1982, p.182).

Na visão da Maria de Lourdes Covre (1982, p.113) existiam três correntes básicas, estabelecidas pelas instituições de ensino superior, com relação ao ensino formatado aos administradores:

1) Nacionalista: ensino voltado para a Grande Empresa, sem especialização da técnica;

2) Conservadora: formatado para o grande capital, era o ensino de administração voltado somente ao ensino de técnicas burocráticas, ou seja, para a especialização;

3) De vanguarda: formatado para o grande capital, era o ensino de administração voltado para uma formação integral, com disciplinas técnicas e humanas, que possibilitavam uma visão ampla da sociedade e forneciam mais segurança para uma tomada de decisões.

Observando-se a estrutura curricular das Faculdades de Administração e Economia, percebe-se que o administrador formado no Brasil não era um profissional de simples caráter técnico, mas possuía uma visão ampla do funcionamento da sociedade, com base em disciplinas humanas que faziam parte de seu currículo escolar, ou seja, perfazia-se em um profissional de vanguarda (COVRE, 1982, p.182).

Era importante para as empresas terem um profissional que, em seu currículo, dominasse tanto disciplinas humanas, quanto técnicas, pois saberia, com segurança, como colher informações e tomar decisões de forma a posicionar os interesses da empresa com o funcionamento da sociedade (COVRE, 1982, p.182).

No Brasil, o período que engloba a ditadura militar, representa a concretização de um projeto de desenvolvimento capitalista (COVRE, 1982, p.68). Neste contexto, tornou-se importante a valorização da técnica e a busca por profissionais especializados na prática burocrática, que estivessem alinhados com as expectativas do capitalismo internacional e com o processo de

concentração do capital, que resultou na constituição de empresas de grande porte, predominantemente estrangeiras, em território nacional.

O ensino da administração, enquanto nível superior, originou-se da evolução e do desenvolvimento econômico no Brasil a partir da década de 1950, pretendendo congrega o ensino da burocratização e das tecnologias que se desenvolviam em diversas empresas do território nacional. O objetivo era preparar pessoas com formação técnica, capazes de administrar a complexidade das empresas em que trabalhavam a partir de estratégias essenciais para a permanência dessas organizações de capital estrangeiro no Brasil.

Nesse momento, em âmbito nacional, vem ocorrendo o processo conhecido como “democratização do ensino”⁵. A escola, elitista e abastada, deu lugar à escola voltada para o suprimento das necessidades de mão-de-obra especializada exigida pelos interesses imediatos do processo econômico. O sistema universitário deveria ter uma racionalidade instrumental para proporcionar o ensino tecnoprofissional⁶.

Esta situação culminou na profissionalização dos quadros empresariais, tendo como parâmetro o tamanho e a complexidade das estruturas industriais. A nova concepção foi favorável à construção de um espaço potencial de utilização dos administradores que passassem pelo sistema escolar.

⁵ A democratização do ensino, conforme Covre (1982, p.76), foi um incentivo do governo, em 1968, para que a escola no Brasil, e conseqüentemente o ensino superior, deixasse de ser elitista. Nessa situação percebe-se o surto de ensino superior, bem como o auxílio às faculdades particulares para que promovessem a expansão do ensino. Também fora promovida a reforma que conferia à universidade uma racionalidade instrumental para formar profissionais que pudessem ser aproveitados produtivamente.

⁶ REFORMA UNIVERSITÁRIA. Relatório do Grupo de Trabalho, MEC, 1968.

A Criação da Escola de Ciências Econômicas e Administrativas de Santo André

Em 1953, Fioravante Zampol, então prefeito de Santo André, organizou a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Santo André, acreditando suprir uma lacuna evidente na região do ABC que era a falta de instituições de ensino superior. Naquele momento, avaliou que a principal necessidade do município era suprir profissionais voltados para a técnica burocrática e com visão política apurada. Neste projeto, Zampol contou com Nelson Zanotti, professor da cidade, que tinha pretensões de levar o ensino universitário e particularmente industrial para a região do ABC (ALVES *et al*, 1990, p. 5).

Nelson Zanotti, Graduado em História e Geografia pela Universidade de São Paulo (USP) formou-se bacharel em 1943 e licenciou-se em 1944. Ao término de sua graduação foi secretário geral do conselho de desenvolvimento do município. Também lecionou Sociologia Educacional e Economia Política no curso técnico de Administração Escolar do Instituto Estadual de Educação “Dr. Américo Brasiliense” (KOPCZYNSKI, 2005, p. 93).

De acordo com Moraes (2004, p. 52), alguns elementos históricos foram decisivos para que Santo André demonstrasse pioneirismo para a construção de uma instituição de ensino superior que congregasse Ciências Econômicas e Administrativas, entre esses elementos históricos há de se destacar:

- 1) O decreto estadual no. 9.775, de 30 de novembro de 1938, o município de Santo André haveria de se tornar a única cidade da região com mais de 800 km² de extensão, representando uma hegemonia no ABC;
- 2) Havia rumores de que o governo da capital paulista pretendia agregar o município de Santo André à sua competência territorial, por Santo André representar uma potência industrial à época e trazer benefícios à cidade de São Paulo, considerada o maior parque industrial do Brasil;

- 3) O sentimento de liderança regional, principalmente contido no imaginário andreense.

Por intermédio do Decreto no. 35.540, de 20 de maio de 1954, criou-se a primeira escola de administração local, implantada pelo poder público municipal, concebida como Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Santo André. O bacharel que se qualificava nessa instituição graduava-se como economista e administrador – embora formalmente o curso de administração com forma e estrutura autônoma só viesse a existir no Brasil em 1964. O Prof. Nelson Zanotti assumiu dois compromissos distintos com relação a nova Faculdade de Ciências Econômicas: a função de Diretor de 1954 a 1960 e a cadeira da disciplina de Geografia Econômica já na primeira turma de universitários em 1954.

Conforme Ernesto Luiz Varela, aluno da primeira turma, em entrevista concedida a Marly Kopczynski, a Faculdade de Economia e Administração fora instalada provisoriamente no prédio da Escola Técnica Júlio de Mesquita, situada à Rua Prefeito Justino, no centro de Santo André. Do primeiro grupo de alunos que ingressaram no curso de Ciências Econômicas e Administrativas, apenas treze jovens vieram a adquirir o título de bacharel, graduados em 1957 (KOPCZYNSKI, 2005, p.18).

O horário das aulas na faculdade era calculado de acordo com o horário dos trens que chegavam em Santo André. Como o último trem partia às 23h, a aula começava às 20hs e terminava às 22h30min, conforme conta Abdalla Added, professor desde 1956 (KULCSAR, 2002, p. 15).

Segundo Marly Kopczynski, também ocorreu no ano de 1954 a criação da Diocese de Santo André, sendo que o primeiro bispo, D. Jorge Marcos de Oliveira, se transformou em personalidade ícone na defesa dos direitos da comunidade operária. A defesa dos direitos do operário e a criação de uma Faculdade de Economia e Administração voltada para o ensino da técnica burocrática foi um marco importante para a ratificação da imagem operária e industrial da cidade (KOPCZYNSKI, 2005, p.19).

Após dois anos de funcionamento, a Faculdade de Ciências Econômicas mudou-se para as instalações da praça do Quarto Centenário – onde, atualmente, fica o paço municipal de Santo André (KOPCZYNSKI, 2005, p.19).

Em 1962, por intermédio do projeto de lei no. 11.356/62, o Prefeito Municipal institui, por escritura pública, uma fundação de direito público denominada “Fundação Santo André”, criada para ser a mantenedora da Faculdade de Ciências Econômicas – FAECO e da vindoura Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Santo André – FAFIL, em 1965. Aprovado com o projeto de lei, a instituição ganhou sede própria transferindo-se para as instalações do “Sítio dos Tangarás”, Bairro Príncipe de Gales, antiga propriedade do Sr. Charles Murray - antigo exportador de café de Santos - que abrigava uma área considerável de 360.000 m² (ALVES *et al*, 1990, p. 5).

A Vila Príncipe de Gales, sede da Faculdade de Ciências Econômicas a partir da década de 1960, foi criada na década de 1930, com o prolongamento da Rua Catequese, que dava acesso do centro ao bairro. A partir de então, a Vila Príncipe de Gales cresceu progressivamente em níveis populacionais (KULCSAR, 1990, p. 8). Porém, até a década de 1950, não havia melhoramentos públicos para a vila Príncipe de Gales, como ruas asfaltadas ou demais vias de acesso, deste modo o caminho para São Caetano era difícil e não havia sequer uma ponte ligando o bairro a São Bernardo (Rudge Ramos) sobre o ribeirão dos meninos (KULCSAR, p. 9, 1990).

Mesmo assim o local era propício para a instalação de uma grande instituição universitária, pois a área demarcada ficava na confluência dos municípios de Santo André, São Bernardo e São Caetano do Sul, deste modo poderia servir não só ao município de Santo André, como ser referência para toda a região do ABC (KULCSAR, 2002, p. 13).

A década de 1950 foi singular para Santo André devido a explosão demográfica. Este fato aliado ao progresso industrial, acelerou novos loteamentos, sendo que em 1964 ocorrera a desapropriação do “sítio dos tangarás” para dar lugar à instalação da Fundação Santo André (KULCSAR, p. 10, 1990).

De acordo com André Rubens Didone, em entrevista⁷, a Fundação Santo André chegou a compor a Universidade Federal de São Paulo pelo seu prestígio e qualidade de ensino. Quando Jânio Quadros assumiu a Presidência da República, em 31 de janeiro de 1961, um dos primeiros atos que ele fez foi criar a Universidade Federal de São Paulo, congregando a Escola Paulista de Medicina, a Escola de Engenharia de São Carlos, a Faculdade de Filosofia de Rio Preto, a Faculdade de Bauru e a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Santo André. A primeira Universidade Federal de São Paulo no entanto não prosperou, pois o Presidente Jânio Quadros renunciou e o processo não se consolidou.

Até 1964, a Fundação Santo André era gratuita, provida com recursos do poder público municipal. Posteriormente, deliberou a cobrança de anuidades relativamente pequenas, pois tinha subvenção anual da Prefeitura e funcionava em anexo às instalações do paço municipal, que pagava as despesas para sua manutenção e cedia funcionários da própria municipalidade (KOPCZYNSKI, 2005, p.87).

O município de Santo André ao criar uma Faculdade de Administração e Economia vislumbrava suprir a necessidade da região por profissionais qualificados. Os cursos superiores com maior demanda eram aqueles que possibilitavam formação social, política ou baseada na técnica burocrática.

Até a ano de 1950 ocorrera a inércia da União em promover o ensino superior na região. O Estado de São Paulo promovia o ensino superior, no entanto a possibilidade de ingresso estava vinculada às grandes universidades estatais, como a USP – Universidade de São Paulo.

Santo André na década de 1950 já reunia condições para que pudesse promover um desenvolvimento educacional sustentado, o progresso industrial proveniente de sua localização (no intermédio da ferrovia Santos-Jundiaí) aliado ao fator demográfico determinou o pioneirismo do município para a criação de uma instituição de ensino superior.

⁷ Entrevista concedida ao núcleo de pesquisadores de Memórias do ABC da Universidade IMES, em 2005.

Na década de 1950 a cidade de Santo André já exercia uma liderança regional (MORAES, 2004), a formação histórica, motivada por fatores locacionais e políticos, possibilitou a agregação regional, culminando na identificação e na integração de toda a região (KLINK, 2001). Faziam parte do corpo discente da nova faculdade alunos do município e da região do ABC. A qualidade do ensino era considerada boa, a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Santo André era equiparada às grandes instituições do Estado de São Paulo.

Na década de 1960 a nova localização da faculdade (no antigo Sítio dos Tangarás) corroborou seus principais objetivos:

- a) atender aos municípios vizinhos, pois o novo Prédio estaria posicionado na divisa entre os municípios de São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Santo André;
- b) atender ao parque industrial construído na Via Anchieta, facilitando a locomoção dos estudantes que no período diurno trabalhavam nas indústrias e a noite estavam na Faculdade.

CADERNO DE IMAGENS

Figura 3 – Professor Nelson Zanotti na sala da diretoria, 1958.



Fonte: KOPCZYNSKI, Marly Maria Cammarosano. (org.) *Revista Comemorativa 50 anos Faeco*. Memórias e outras histórias. Santo André: 2005, p. 44.

Figura 4 – Palestra realizada no auditório da Escola Técnica Júlio de Mesquita, professor Nelson Zanotti ao centro, 1959.



Fonte: KOPCZYNSKI, Marly Maria Cammarosano. (org.) *Revista Comemorativa 50 anos Faeco*. Memórias e outras histórias. Santo André: 2005, p. 44.

Figura 5 – Prédio da Escola Técnica Júlio de Mesquita, em 1953, onde funcionou, inicialmente, a faculdade.



Fonte: KOPCZYNSKI, Marly Maria Cammarosano. (org.) *Revista Comemorativa 50 anos Faeco*. Memórias e outras histórias. Santo André: 2005, p. 42.

Figura 6 – Prédio da Escola Técnica Júlio de Mesquita, 1953 (fachada).



Fonte: KOPCZYNSKI, Marly Maria Cammarosano. (org.) *Revista Comemorativa 50 anos Faeco*. Memórias e outras histórias. Santo André: 2005, contracapa.

Figura 7 – Primeira Formatura, ao centro professor Nelson Zanotti, à direita prefeito Fioravante Zampol, 1957.



Fonte: KOPCZYNSKI, Marly Maria Cammarosano. (org.) *Revista Comemorativa 50 anos Faeco*. Memórias e outras histórias. Santo André: 2005, p.42.

Figura 8 – Formatura da primeira turma, 1957.



Fonte: KOPCZYNSKI, Marly Maria Cammarosano. (org.) *Revista Comemorativa 50 anos Faeco*. Memórias e outras histórias. Santo André: 2005, p.43.

Figura 9 – Instalação da Faculdade de Ciências Econômicas no antigo “Sítio dos Tangarás”, 1970.



Fonte: KOPCZYNSKI, Marly Maria Cammarosano. (org.) *Revista Comemorativa 50 anos Faeco*. Memórias e outras histórias. Santo André: 2005, p.45.

**Figura 10 – Instalações da FAECO no prédio novo no “Sítio dos Tangarás”,
1972.**



Fonte: KOPCZYNSKI, Marly Maria Cammarosano. (org.) *Revista Comemorativa 50 anos Faeco*. Memórias e outras histórias. Santo André: 2005, p.45.

CAPÍTULO III

IDENTIDADE INDUSTRIAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Para Cornelius Castoriadis o imaginário não é imagem de alguma coisa, mas uma criação social-histórica e psíquica de figuras, formas e imagens, captados por todos nossos sentidos a partir das quais é possível falar de *alguma coisa*, realidade e racionalidade, portanto são seus produtos (CASTORIADIS, 1964).

A realidade e a racionalidade existem a partir da criação de signos e símbolos que são atribuídos à realidade percebida, o símbolo é um signo que fora determinado pelo seu objeto dinâmico, no contexto em que tenha sido interpretado (LAPLANTINE e TRINDADE, 1999, p. 11).

Conforme exemplificação de Moraes:

O imaginário, portanto, é a faculdade de pôr ou dar-se, sob forma de apresentação de uma coisa, ou fazer aparecer uma imagem e uma relação que não são dadas diretamente na percepção. O imaginário tem seu lugar no mundo das representações, porém ultrapassa a representação intelectual. Constitui-se e se expressa por meio de símbolos, que se traduzem pela sua forma e conteúdo (MORAIS, 2004, p. 39).

Neste sentido todas as épocas têm formas específicas de imaginar, reproduzir e renovar o imaginário, e pelos imaginários pessoais consegue-se construir os imaginários sociais de uma coletividade e estes conseguem estruturar uma identidade, criando uma representação e estabelecendo papéis e posições sociais, posteriormente embasando modelos sob os quais consegue-se apreciar padrões de comportamento, crenças e valores que se transformam em

símbolos estáveis em um determinado momento histórico (KULCSAR, 2002, p.12).

Marly Ancassuerd, professora da Fundação Santo André desde 1970, foi enfática ao afirmar que, quando passou a vivenciar e a militar junto à instituição, teve a percepção de estar possibilitando à comunidade de operários e aos filhos de operários um curso superior de qualidade, em que não objetivava apenas a formação técnica e autônoma em Santo André, mas visava uma formação de qualidade ao indivíduo do ABC. O poder público, em sua visão, deveria sempre assegurar o esforço e o dever em manter a qualidade e o acesso a todos os indivíduos da região, em suas palavras:

A posição que ocupo é o lugar de uma investigadora – militante. Eu tenho compromisso político e ético com aquela Instituição. Tenho muita clareza disto e o meu olhar é o olhar de uma militante. Militante de uma luta que vem se desenrolando este tempo para que seja resguardada a possibilidade de que os filhos da geração de trabalhadores que vieram para o ABC, os operários, possam ter acesso a um curso superior de qualidade, com um custo menor do que as escolas privadas que conhecemos. Além disso, que se faça um esforço no sentido de que esse estudo seja de qualidade, e que haja o compromisso que temos com a escola que nos formou: escola pública preocupada com a escola pública (ANCASSUERD, 2001, p. 49).

Pode-se conceber que a identidade industrial nunca esteve vinculada a um conjunto de representações passageiras, mas há elementos marcados no imaginário social que definiram durante décadas as lembranças sociais dos indivíduos, fazendo com que este conjunto de representações nunca fosse esquecido. Marly Ancassuerd demonstra algumas representações históricas no imaginário da população do ABC e que até os dias atuais ainda encontram-se presentes. Diz ela que:

À medida que se fala em cidades do ABC paulista, uma série de imagens surgem: a da cidade operária, a do subúrbio, a dos movimentos sindicais, das mobilizações, a dos imigrantes, dos migrantes, cidades-dormitórios e periferias (ANCASSUERD, 2001, p. 50).

Por intermédio dos imaginários pessoais consegue-se construir os imaginários sociais de uma coletividade e estes conseguem estruturar uma identidade (KULCSAR, 2002, p.12). Deste modo a imagem da cidade operária, do subúrbio, dos movimentos sindicais, das mobilizações, das periferias e dos imigrantes criaram representações no imaginário social, estimulando o sentimento de identificação industrial da região.

Ao supor a existência de uma identificação industrial, estar-se-á apreciando padrões comuns de comportamento, provindos de crenças, valores e sentimentos. Alguns destes padrões se transformaram em símbolos estáveis na década de 1950.

Desta posição da professora, consegue-se delimitar dois principais aspectos essenciais à busca das representações da identidade industrial, a saber:

- 1) O primeiro aspecto faz menção à convicção da existência de uma região, não de um regionalismo, mas de uma regionalidade, e o sentimento de integração desta mesma região, representada pela articulação da expressão “ABC Paulista”; e
- 2) O segundo aspecto faz menção à existência de um conjunto de representações referentes à concepção de um território ou região industrial, representadas pelas expressões: “cidade operária”, “subúrbio”, movimentos sindicais” e “mobilizações”;

Com relação ao primeiro aspecto, esclarece Klink (2001) que a concepção de regionalismo respalda a tentativa dos governos, em uma determinada economia, de promover o crescimento e o desenvolvimento regional frente a outras economias ou agregados econômicos. Já a regionalidade está vinculada à uma nova concepção política do Estado local, em que emergem novas formas de parceria e colaboração, visando o desenvolvimento de determinada região. Conforme será objeto de análise, Santo André vislumbrava na década de 1950 uma proposta voltada ao desenvolvimento de toda a região, principalmente São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul .

Com relação ao segundo aspecto voltado para a constatação de uma identidade industrial, observa-se que as expressões: “cidade operária”, “subúrbio”, “movimentos sindicais” e “mobilizações” são todas consideradas representações que permanecem até os dias atuais na lembrança dos habitantes da região do ABC.

O título de “Cidade Operária” para Santo André originou-se, conforme visto, a partir do século XIX pela representação característica da mão-de-obra imigrante e pela luta pelo desenvolvimento social (GARCIA, 1998, p.73). O título de “subúrbio”⁸ foi concebido a partir das representações que caracterizaram o ABC como “Cidade Operária”, sendo que a partir de 1907, quando tecelagens e outras empresas menores no ABC já produziam em larga escala, a região veio a

⁸ O autor French (1995, p.19) reconhece por subúrbio parte da região metropolitana que desenvolva representações que caracterizem uma identidade operária, o autor não considera como “subúrbio” área ou cidade “satélite” entorno da capital.

ser reconhecida como o mais importante subúrbio industrial de São Paulo (FRENCH, 1995, p.19).

Os “movimentos sindicais” e as “mobilizações” foram de grande importância para a criação de uma identidade de classe e uma identidade operária, construídas sobre uma experiência de luta que extrapolou o ambiente da fábrica, levando-se em consideração as experiências vividas dentro e fora da fábrica, e as lutas contra o poder do capital e do Estado. Nos primeiros anos do século XX, o movimento operário surgiu com uma grande força resultando nas primeiras greves (CAMACHO, 1999, p. 102; LEITE, 1994). Neste sentido, os trabalhadores constituíram uma identidade e posicionaram-se como sujeito coletivo capaz de criar organizações voltadas para a defesa dos direitos dos trabalhadores (LEITE, 1994).

A identidade industrial, de acordo com o referencial conceitual aqui apresentado, fez-se a partir da acumulação e agregação determinados elementos contidos na identificação operária, na identificação suburbana, na identificação sindical, na identificação mobilizatória, na identificação fabril, na identificação histórica, na identificação regional, na identificação desenvolvimentista, e em todas as outras identificações que levaram em consideração o imaginário social comum. Portanto, a identidade industrial foi consagrada a partir de inúmeros elementos e representações contidas em todas as outras identidades.

Morais, em pesquisa realizada em 1997, considera que sempre existira uma patente identidade regional e industrial no ABC; em suas palavras, no século XX, ocorrera a constante reconstrução de significados, sendo que alguns permaneceram na lembrança e na memória social atual, deste modo, na visão dos habitantes entrevistados por ele:

Santo André, São Bernardo, São Caetano é uma coisa só. Tem divisa, mas é uma coisa só (...) O ABC é cabeça de todos os movimentos brasileiros. As indústrias vieram para o ABC; quando a gente achava que estava morrendo, aí veio o sindicalismo para o ABC (...). Santo André ou o ABC sempre ressurge, e eu acho isso legal (...) (2004, p. 51).

De acordo com Moraes (2004, p.42), a indústria representa ser um ícone marcante na memória e no imaginário da população do ABC, uma figura sempre presente na paisagem e no cenário das lembranças, e em suas palavras utiliza representações para descrever sua convicção:

Um exemplo é a Avenida Industrial, paralela à Estrada de Ferro, que concentrava várias indústrias de pequeno, médio e grande porte, tais como: General Electric (posteriormente Black and Decker), Fichet, Copas, Pierre Saby, dentre outras. Com a saída e fechamento das indústrias, a Avenida Industrial também passou a ser identificada como símbolo da crise, referida pelos entrevistados como 'área deteriorada' (MORAIS, 2004, p.42)

O próprio hino da cidade de Santo André que realça sua auto-imagem de “grande viveiro industrial”, no imaginário social sempre esteve e estará presente na interpretação de “cidade industrial” (MORAIS, 2004, p.41).

Na visão de André Rubens Didone, em entrevista concedida a Marly Kopczynski, a região do ABC tinha e tem uma identidade industrial que vem se transformando com o passar do tempo. No caso de Santo André, a sua concepção de identidade está ligada às representações criadas pela permanência das indústrias no município, sendo que nos últimos tempos esta identidade está sendo influenciada pela perda no número de indústrias que o município sofreu. Em suas palavras:

A região tinha uma identidade industrial e está se transformando. Santo André, por exemplo, nos últimos 50 anos, perdeu cerca de 700 estabelecimentos, entre indústrias, estabelecimentos comerciais e alguns prestadores de serviços, sobretudo a atividade têxtil de Santo André desapareceu. (...) Algumas indústrias automobilísticas que forneciam para a indústria automobilística, como a Freios Góes, que por não se associarem a empresas estrangeiras também desapareceram. Outras, como a CIMA, Companhia Industrial de Materiais Automobilísticos, mudou-se da região para outro local. Outras mudaram de Santo André para Mauá. Várias empresas que forneciam para a indústria automobilística também desapareceram. Santo André está perdendo a identidade industrial (KOPCZYNSKI, p. 32, 2005).

As representações de identidade regional manifestadas pelo prefeito Fioravante Zampol, podem ser percebidas na cerimônia de criação da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Santo André, realizada no salão nobre da Escola Industrial Júlio de Mesquita. Ao pronunciar-se a respeito do Município e da criação da Faculdade, o fez da seguinte forma:

Município caracteristicamente industrial e portanto de ampla atividade no setor do comércio, município onde se exige vasta colaboração de técnicos especializados e constante aplicação das ciências contábeis, econômicas e industriais, eis que se impunha, na escolha dos cursos superiores, a preferência pela Faculdade de Ciências Econômicas. Será, assim, esta Faculdade uma sementeira

*de conhecimentos, que desabrochará em generosa floração, para aprimoramento intelectual do nosso povo.*⁹

Figura 11 – Cerimônia de inauguração da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Santo André, à esquerda mesa diretora de trabalhos, à direita senador Marcondes Filho, 1954.



Fonte: *Folha da Manhã*, 27 de Junho de 1954, sem página. Disponível no acervo de pesquisa do Museu Municipal de Santo André, sob o no. 378.12.

Santo André já era considerado um município industrial, não pelas indústrias existentes em sua jurisdição na década de 1950, mas pelo contexto histórico vivenciado pela imigração, da caracterização de região suburbana e pelas mobilizações sindicais que visavam a luta dos operários por direitos e liberdades.

⁹ *Folha da Manhã*, 27 de Junho de 1954, sem página. Disponível no acervo de pesquisa do Museu Municipal de Santo André, sob o no. 378.12.

Renê Zmekmol, representante do Sindicato dos Economistas, Ordem dos Economistas e Conselho Regional dos Economistas, um dos oradores na cerimônia de inauguração da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Santo André, em 26 de Junho de 1954, destacou a importância da instituição para a consagração de uma Universidade Pública e para o destaque de Santo André enquanto cidade visionária e pioneira no ensino da burocracia voltada para a indústria, em suas palavras:

(...)vislumbra-se num futuro muito próximo um dos mais belos destinos para Santo André, berço de uma grande Universidade, pois para isso conta com localização excelente, próxima à capital e, ao mesmo tempo, afastada de seus vícios e das distrações próprias das metrópoles tentaculares.¹⁰

Na oportunidade da cerimônia de inauguração estavam presentes representantes de várias áreas da sociedade civil, além dos representantes dos governos locais e do governo estadual. A presença de representantes de São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul somou-se à atitude do prefeito Fioravante Zampol no sentido de garantir a possibilidade do desenvolvimento da região, fosse com profissionais para as indústrias locais, fosse possibilitando o acesso ao ensino superior aos habitantes de suas respectivas cidades.

A identificação industrial da Fundação Santo André (mantenedora da faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas) era tão evidente que, tanto em seu Regimento, como no Projeto de Lei no. 74, de 15 de junho de 1962, que lhe deu origem, denota-se a influência da Associação Comercial e Industrial de Santo André:

¹⁰ *Folha da Manhã*, 27 de Junho de 1954, sem página. Disponível no acervo de pesquisa do Museu Municipal de Santo André, sob o no. 378.12.

Projeto de Lei No. 74-6-62

Artigo 8º - O Conselho de Curadores será constituído de 7 (sete) membros, com mandato de 2 (dois) anos.

1 – Dois: indicados pelo Prefeito Municipal, devendo ser um Advogado e outro Economista;

2 – Um indicado pela Câmara Municipal;

3 – Um indicado pela Congregação da Faculdade Municipal;

4 – Um indicado pelo órgão representativo do corpo discente da Faculdade;

5 – Um indicado pelos ex-alunos da Faculdade;

6 – Um indicado pela Associação Comercial e Industrial de Santo André, devendo ser, obrigatoriamente, portador de diploma de curso superior (grifos nossos).

Em 1950, havia uma carência de ensino superior na região do ABC. O Prefeito Zampol entendia que a principal necessidade do município era suprir profissionais voltados para a técnica burocrática e com visão política apurada (ALVES *et al*, p. 5, 1990).

Nelson Zanotti, co-idealizador da Faculdade de Administração, com o aval do Prefeito Zampol, se dirigiu ao Gabinete Presidencial do Catete para em audiência com o então Presidente da República Getúlio Vargas iniciar diálogo acerca da criação do curso; sustentou ao presidente que a industrialização acentuada da região exigia um suporte técnico-científico no mesmo ritmo por parte do poder público. O presidente convencido da proposta autorizou o funcionamento da Faculdade de Economia por intermédio do Decreto no. 35.540 de 20 de maio de 1954, instituindo a primeira escola superior do ABC (KOPCZYNSKI, 2005, p.18).

Carlos Galante, diretor do Departamento de Água e Esgotos de Santo André no ano de 1954, alega que quando da concepção tanto da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas o que estava em questão era a criação

de cursos com um nítido diferencial, voltados e moldados à prática do trabalho, pois Santo André era considerado um município fundamentalmente industrial, assim como toda a região do ABC (KULCSAR, 2002, p. 16).

Ratifica-se, aqui, a hipótese de que a identidade regional e a identidade industrial influenciaram a criação da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas para a região, pois um projeto de lei que não se identificasse com o perfil industrial da cidade e da região não disponibilizaria uma vaga no conselho de curadores da faculdade do município a um representante da sua Associação Comercial e Industrial. Mesmo tratando-se de um ato político a representação da Associação Comercial e Industrial nas tomadas de decisões indicavam o envolvimento da instituição de ensino com o desenvolvimento industrial regional.

A cidade de Santo André pretendia ampliar sua oferta de formação educacional, considerada essencial para a expansão econômica dos municípios e da região. Para cumprir tal objetivo foi estabelecido um pequeno plano de metas, que envolvia a criação de novas escolas municipais de primeiro e segundo graus, além da posterior contratação e preparação de docentes para a atuação nestas escolas, propiciando a estes a possibilidade de ingressarem, ademais, em um curso superior. Marly Ancassuerd conta que:

(...)era uma época de grande expansão de escolas primárias e secundárias e, portanto, era uma região que oferecia a todos os concursados uma larga opção de escolha de vagas e eu pude casar duas coisas fundamentais naquele momento: escolher meu cargo de professora primária efetiva e a possibilidade de poder continuar meus estudos superiores (ANCASSUERD, 2004, p. 50).

Santo André, nas décadas de 1950 e 1960, estabeleceu uma intensa relação com o capital internacional, e esta relação possibilitou alguns avanços à cidade, como o convívio com uma imagem de cidade industrial e moderna, não

provinciana, mas urbana, com viadutos, largas avenidas, o conjunto arquitetônico do Paço Municipal, os jardins de “Burle Marx” e, nas áreas mais afastadas, o surgimento e o desenvolvimento das favelas, fenômeno típico de cidades industrializadas que necessitavam de mão-de-obra barata de outras regiões com o intuito de promover o desenvolvimento urbano (ANCASSUERD, 2004, p.50).

Seguindo o modelo desenvolvimentista adotado pelo Brasil o prefeito de Santo André possibilitou o acesso da população local a um curso superior, organizou e estruturou a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas com a pretensão e a expectativa de suprir uma lacuna educacional da região do ABC (ANCASSUERD, 2004, p. 50).

A proposta educacional do Prefeito Zampol para Santo André estava alinhada com o objetivo do Governo Getúlio Vargas, no sentido de compactuar os interesses públicos com os interesses do novo modelo capitalista internacional. Na Visão de Nelson Zanotti, Santo André, na década de 1950, já continha elementos estruturais sócio-econômicos que permitiam a inserção de uma Faculdade de Economia e Administração no município (KULCSAR, 2002, p. 16).

O envolvimento do Município de Santo André com a criação da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, mais do que educacional, era político, pois atraía o olhar de toda a região para o município, atraindo investimentos e formatando profissionais dotados de técnica burocrática e administrativa. Nas palavras de Alcides Galante: *Na época, quase toda indústria absorvia os nossos alunos e, até hoje, alguns estão em posição muito alta* (KULCSAR, 2002, p. 17).

O principal objetivo da prefeitura de Santo André, inicialmente, era fornecer um curso superior de excelência acadêmica, recrutando nobres docentes para lecionar as disciplinas. A preocupação não era tanto com o local ou mesmo com a estrutura técnica das salas, mas com a qualidade de ensino, segundo o Prof. Abdalla Added, em entrevista concedida a Rosa Kulcsar:

O corpo docente dessa Faculdade era formado pelos melhores professores e melhores economistas do Brasil. Era melhor que o corpo docente da USP. Havia membros do Cepal. Todos eram professores da Júlio de Mesquita e passaram para a Prefeitura, continuando como professores. Naquela época, a nossa Instituição pagava bem aos seus professores. Era a que pagava melhor no Brasil inteiro (KULCSAR, 2002, p. 18).

A estrutura curricular do curso de Ciências Econômicas e Administrativas também contemplou a pioneira disciplina de Economia Industrial, era uma tentativa da Faculdade de promover reflexões acerca do complexo industrial da região. Considerando que Santo André era um pólo industrial e que, assim como toda a região, carecia de estudos industriais, a iniciativa logrou êxito ao respaldar uma provável vocação industrial da região e fazer com que esta vocação servisse de alicerce para a criação do ensino superior na cidade, nas palavras do prefeito Fioravante Zampol:

*(...)dizem que esta Faculdade nasce promissora, pois já se impõe ao respeito dos meios culturais, mercê do renome dos professores que vão reger suas cátedras. Introduz ainda a nova Faculdade uma inovação nas disciplinas geralmente ministradas: a cadeira de Economia Industrial, adequada para este nosso parque de indústrias.*¹¹(grifos nossos)

Ao apresentar a Faculdade para a comunidade, o Prefeito Zampol expressou o seu sentimento e a sua expectativa com relação à adequação com o governo federal, em suas palavras:

¹¹ *Folha da Manhã*, 27 de Junho de 1954, sem página. Disponível no acervo de pesquisa do Museu Municipal de Santo André, sob o no. 378.12.

*Santo André pode, pois, ufanar-se de possuir a primeira Faculdade Municipal do Brasil, instalada nos moldes universitários e obediente aos preceitos federais, que regulam seu funcionamento. O simples reconhecimento oficial da Faculdade já por si só constitui uma vitória. Também o critério e o cuidado na seleção de valores, que são motivo de êxito e orgulho para qualquer Escola(...).*¹²

A Faculdade de acordo com Zampol foi *instalada* “nos moldes universitários e obediente aos preceitos federais, que regulam seu funcionamento”, ou seja, na sua visão a Faculdade seguia o modelo Federal que exigia que todas as instituições superiores de ensino técnico ou de natureza burocrática fossem adaptadas a nova dinâmica neocapitalista. Como já visto, a formação do profissional administrador esteve ligado à ideologia desenvolvimentista voltada para os interesses da grande unidade de produção, principalmente de origem estrangeira (COVRE, 1982, p.182).

Seguindo a diferenciação de Covre (1982, p.113) com relação ao ensino formatado aos administradores, pode-se dizer que a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Santo André projetava a formação de um profissional de vanguarda, sendo que o ensino da administração era voltado para uma formação integral, com disciplinas técnicas e humanas, que possibilitavam uma ampla visão social e política.

A constatação da formação de vanguarda pode ser ratificada pela descrição das disciplinas lecionadas aos alunos do primeiro ano da Faculdade, a seguir:

¹² *Folha da Manhã*, 27 de Junho de 1954, sem página. Disponível no acervo de pesquisa do Museu Municipal de Santo André, sob o no. 378.12.

**Quadro 1 – Composição do Corpo Docente da Faculdade de Ciências
Econômicas e Administrativas em 1954.**

Cadeira	Professor Responsável
Geografia Econômica	Nelson Zanotti
Princípios de Sociologia	José Albertino Rodrigues
Economia Política	Orestes Gonçalves
Contabilidade Geral	Licurgo do Amaral Campos
Complementos de Matemática	José Mas Gramunt
Economia Industrial	João Baptista Fernandes
Princípios do Direito Público	Jesuíno Ubaldo Cardoso de Melo

Fonte: KOPCZYNSKI, Marly Maria Cammarosano. (org.) *Revista Comemorativa 50 anos Faeco*. Memórias e outras histórias. Santo André: 2005, p. 90.

As disciplinas de Geografia Econômica, Sociologia, Economia Política e Direito Público tinham por objetivo possibilitar ao estudante de administração uma percepção social, cultural e política apurada, através da qual possibilitasse ao profissional tomar decisões não baseando-se apenas na técnica, mas também no ambiente social. As disciplinas de Economia Industrial e de Contabilidade Geral tinham por objetivo dotar o profissional de conhecimentos técnicos que pudessem ser aplicados dentro das grandes indústrias da região, adequando-o às exigências do novo modelo industrial adotado pelo Brasil e pela região do ABC (KOPCZYNSKI, 2005, p.90).

Interessante é denotar que o ensino da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Santo André não tinha apenas um vínculo com

a identidade industrial da região, mas também possuía vínculo com estudos que diziam respeito ao poder público como um todo, ou seja, muitas pesquisas eram voltadas para a Administração do Setor Público, estabelecendo-se assim duas matrizes de estudos para o ensino da Administração e da Economia, a primeira seria a industrial e a segunda seria a do poder público, nas palavras de Waldir Demarchi, em entrevista concedida a Marly Kopczynski, ex-aluno da turma de 1968:

(...)em 1970 prestei concurso do Ministério da Fazenda, em nível nacional, para o cargo que atualmente é de auditor da Receita Federal, por intermédio do qual, o Ministro da Fazenda à época, Delfim Neto, queria selecionar um grupo de profissionais para comandar a Receita Federal. O concurso atraiu a atenção de todo o Brasil, sendo considerado um dos mais concorridos e de nível mais elevado, até então. Fui aprovado apenas com os conhecimentos adquiridos na FAECO, sem nenhuma preparação específica para o concurso. Além de mim, outros três colegas e amigos de turma foram aprovados no mesmo concurso (...) Fica bastante evidenciado que a qualidade do ensino da FAECO foi um fator determinante de nossa aprovação e de nossas carreiras na administração federal (KOPCZYNSKI, 2005, p.32-33).

Consegue-se verificar a convicção dos alunos que terminavam o bacharelado na faculdade, de ingressar em cargos públicos ou nas indústrias regionais, aliados à convicção dos fundadores da escola, que era a de abastecer o mercado regional de profissionais dotados de técnica burocrática e com visão social abrangente. Nas palavras de Waldir Demarchi:

(...)é bastante grande a quantidade de ex-alunos que ocuparam e ocupam cargos dos mais relevantes na empresa privada, administração pública e na área acadêmica de conceituadas instituições de ensino (...) Os professores da FAECO sempre procuram dar continuidade aos ideais dos mestres fundadores da escola, priorizando a formação de profissionais competentes e comprometidos com os valores morais (KOPCZYNSKI, 2005, p.32-33).

Por parte da municipalidade de Santo André, porém, nunca esteve em pauta a discussão de um projeto voltado unicamente para o desenvolvimento municipal autônomo, mas um projeto que visava o desenvolvimento da região como um todo.

Em matéria divulgada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, de 19 de junho de 1967, quando da criação de um centro de processamento de dados pela mantenedora da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Santo André, a convicção da reportagem traduz exatamente o sentimento de integração regional e o início de uma estruturação da regionalidade:

*A Fundação Santo André, que mantém as duas Faculdades, empregará o computador especificamente nas cadeiras de Matemática Aplicada à Indústria e de Processamento de Dados, com o objetivo de preparar técnicos de nível superior que atendam à demanda exercida atualmente pelas unidades industriais do ABC e de outras regiões.*¹³ (grifos nossos)

Em notícia similar divulgada no dia 3 de setembro de 1967, o jornal, *O Reporter*, do ABC, diz que:

¹³ *O Estado de S. Paulo*, 19 de Junho de 1967, sem página. Disponível no acervo de pesquisa do Museu Municipal de Santo André, sob o no. 378.12.

(...)A Fundação Santo André, entidade mantenedora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e da Faculdade de Economia, contando com a decidida colaboração do Prefeito, tornou realidade o Centro de Processamento de Dados, que irá atender não só os alunos das Faculdades por ela mantidos, na parte didática, científica e de pesquisa, como ainda se propõe a colaborar com as empresas e entidades públicas da região, para estudo e encaminhamento de soluções de problemas que dizem respeito às respectivas especialidades.¹⁴ (grifos nossos)

Era convicto o sentimento de se consagrar uma proposta regional e posteriormente uma Universidade Comunitária era convicto, sendo que a própria reportagem divulgada no dia 3 de setembro de 1967 no jornal *O Reporter*, do ABC, já definira a Fundação Santo André como a “Universidade do ABC”, de acordo com a matéria:

A construção do prédio próprio para o Centro de Processamento de Dados na Cidade Universitária do ABC, já em fase de construção, e com a área de 1.200m², vem colocar o nosso município como pioneiro na implantação da computação eletrônica de dados. E, assim, podemos dizer, que da estrutura original de uma Secção, nasceu um órgão que será o elemento básico para a moderna Universidade do ABC.¹⁵

¹⁴ *O Reporter*, 3 de Setembro de 1967, sem página. Disponível no acervo de pesquisa do Museu Municipal de Santo André, sob o no. 378.12.

¹⁵ *O Reporter*, 3 de Setembro de 1967, sem página. Disponível no acervo de pesquisa do Museu Municipal de Santo André, sob o no. 378.12.

Waldir Demarchi, em entrevista concedida a Marly Kopczynski, demonstra a destinação de alguns profissionais egressos da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Santo André, podendo-se inferir a que os profissionais não lograram êxito apenas em de Santo André, mas obtiveram êxito também nas indústrias da região, respaldando o compromisso regional tácito da instituição. De acordo com Waldir Demarchi:

É bastante grande a quantidade de ex-alunos que ocuparam e ocupam cargos dos mais relevantes na empresa privada, administração pública e na área acadêmica de conceituadas instituições de ensino. Exemplos mais recentes são os últimos patronos de turmas da faculdade, o senhor José Monte, presidente da COOP e o senhor Luiz Carlos Borsari, diretor de Finanças da Ford para a América Latina, que foram nossos alunos (KOPCZYNSKI, 2005, p.32-33).

A Montadora Automobilística FORD está situada em São Bernardo do Campo, demonstrando que a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas não apenas supria profissionais para Santo André, mas para o ABC, ou seja, não existia um compromisso autônomo da Faculdade apenas com o município de Santo André, mas existia um compromisso de fornecer profissionais da administração para toda a região do ABC.

Pode-se dizer que tais políticas educacionais e de gestão voltada para a uma regionalidade latente promovida pelo município de Santo André pode ter sido senão o cerne de uma nova concepção de administração regional, uma evolução no contexto da integração regional e do desenvolvimento econômico sustentável em âmbito regional.

A intenção do prefeito de Santo André, quando da criação do curso superior de administração, não era unicamente prover o mercado de profissionais qualificados pela técnica burocrática, mas era o de promover uma

integração regional. Oferecendo-se um curso superior aberto à comunidade regional, observada a vocação industrial da região (KLINK, 2002), estar-se-ia colaborando para a evolução das empresas regionais e principalmente para a evolução das próprias cidades integrantes da “região industrial”.

Deste modo a escola de administração foi, nas décadas de 1950 e 1960, ícone do ensino da técnica burocrática para as empresas de grande porte, instaladas no ABC. A atuação dos administradores, no entanto, só pôde ser possível com a criação do modelo de desenvolvimento preconizado pelo novo plano governamental, estruturalmente vinculado ao capital estrangeiro (COVRE, 1982).

A organização econômica da região e as perspectivas de desenvolvimento capitalista nacional auxiliaram a promoção de um sentimento de identificação industrial. A identidade industrial do ABC surgiu a partir da acumulação e agregação de determinados elementos de inúmeras outras identificações, entre elas a operária suburbana, sindical, fabril, regional e em todas as outras que levaram em consideração o imaginário social comum.

A nova indústria do ABC foi auxiliada pela identidade industrial da região, o sentimento de haver de se consagrar uma proposta regional era convicto. A identidade industrial não foi decisiva para o processo de criação da Faculdade de Administração, porém esta identidade potencializou o desejo de Santo André de criar uma instituição vinculada à nova visão do governo brasileiro, que era de subordinar a estrutura da educação em seus diversos níveis para um projeto de crescimento e desenvolvimento econômico atrelado ao interesse do capital internacional (BOAVENTURA, 2001, p. 245).

A identidade regional e industrial potencializou o desejo de Santo André de promover um desenvolvimento regional, baseando-se nas necessidades dos municípios do ABC, proporcionando não só um desenvolvimento autônomo do município, mas auxiliando a produção industrial de toda a região, pode-se supor que talvez tenha sido este momento o cerne para a constituição de uma regionalidade no ABC.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi dimensionar a identidade industrial regional na criação da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Santo André, em função do desenvolvimento sócio-econômico local. O estudo abordou historicamente a criação da Faculdade, estabeleceu a relação entre ela e o poder público e o desenvolvimento do ABC, e, por fim, identificou representações da Identidade Industrial no momento da criação dessa Faculdade.

Preliminarmente conseguiu-se identificar aqui quatro principais variáveis que influenciaram a criação do curso de administração e economia da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas na década de 1950, a saber:

- 1) O momento histórico vivido pelo Brasil;
- 2) A necessidade de profissionais da administração;
- 3) O desenvolvimento sócio-econômico da região; e
- 4) A vocação industrial da região representada pelos conjuntos de representações que respaldam a identidade industrial.

O momento histórico vivido pelo Brasil esteve representado pela nova concepção e pela nova cultura implantada pelo modelo capitalista mundial na década de 1950. No momento da criação da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Santo André, quando Nelson Zanotti, co-idealizador da faculdade, dirigiu-se ao Gabinete Presidencial do Catete para, em audiência com o então Presidente da República Getúlio Vargas, iniciar diálogo acerca da criação do curso, o Presidente identificou nesse ato, além do sentimento de proporcionar à região um progresso educacional, uma possibilidade de aliar interesses, na oportunidade, dos governos municipais com o do capital internacional.

Com relação ao profissional da administração, não interessava à iniciativa privada elaborar um projeto voltado para o ensino superior por inviabilidade

econômica, deste modo a industrialização avançada da região do ABC exigiu um suporte técnico-científico por parte do poder público.

O modelo de acumulação de capital fez com que a educação deixasse de ser anterior ao trabalho industrial, para ser concomitante. A formação profissional e educacional foram agregadas em uma única vertente, voltada para a formação de profissionais para a crescente indústria regional. A revisão da literatura demonstra que a criação dos cursos de administração no Brasil, também esteve intimamente ligada às necessidades das indústrias, particularmente daquelas providas do capital internacional, que necessitavam de profissionais especializados na técnica burocrática e na avaliação do ambiente político e econômico.

Com relação à vocação industrial da região, a pesquisa demonstrou a existência de uma patente e dinâmica identidade industrial – não obstante, regional - nas décadas de 1950 e 1960. Por ser dinâmica, a identidade passou, e passa até os dias atuais, por um constante processo de reconstrução de significados, sendo que alguns permanecem nas lembranças e na memória social. A identidade industrial legitimou a criação dos cursos de Administração na medida em que permanecera no imaginário dos habitantes do ABC.

O Prefeito Fioravante Zampol, em 1954, quando criou a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Santo André, não estava concebendo apenas uma instituição para Santo André, mas enquanto habitante, cidadão e gestor de políticas públicas para o ABC, da qual identificava-se como integrante – pois congregava do mesmo imaginário social -, estava concebendo um importante instrumento para a evolução regional, perfazendo-se em um sentimento de apoio tanto para o próprio município, quanto para os municípios limítrofes, tanto para a indústria local, quanto para as indústrias dos municípios vizinhos.

A existência ou a inexistência de uma identidade regional não é determinante para a criação de uma Faculdade de Administração. Quando um governante municipal tem a iniciativa de criar uma instituição de ensino superior

tem a convicção de suprir preliminarmente os interesses locais, do próprio Município.

Esta situação não ocorreu quando da concepção da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Santo André, pois a criação da Faculdade só foi implementada porque existia um conjunto de necessidades dos municípios pertencentes à região. Não foi a necessidade única de Santo André que motivou a criação, mas o sentimento de congregar com as necessidades dos municípios limítrofes, ou o sentimento de congregar com as necessidades da região do ABC.

Seria uma função da União oferecer um curso superior para suprir a necessidade de mão-de-obra especializada para as indústrias dos municípios do ABC, no entanto nem a União, tampouco o Estado de São Paulo, estavam dispostos a cobrir isoladamente os custos da implantação de uma instituição de ensino superior em um destes municípios. O Estado de São Paulo como e o Brasil não vislumbravam uma necessidade patente que requeresse uma atuação decisiva para a construção de Escolas de Administração.

Portanto, a identidade industrial não foi decisiva para o processo de criação da Faculdade de Administração, porém a identidade potencializou o desejo e as necessidades que respaldaram a criação do curso de Administração no ABC, particularmente em Santo André.

A identidade foi utilizada como um poderoso instrumento para o desenvolvimento regional, desta forma a gestão regional e o progresso dos municípios limítrofes, principalmente São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Diadema, também dependeram de ações da prefeitura de Santo André.

A memória foi um elemento importante para a construção da identidade individual e coletiva. Preservando as imagens, lembranças e representações durante os anos, a memória respaldou a reformulação do imaginário social de Santo André e do ABC, vinculando este à concepção industrial da região.

Tanto os governantes regionais, quanto os habitantes, concebiam símbolos comuns no imaginário social da Região do ABC, desta forma a criação

da Faculdade de Administração por Santo André não foi visto como um progresso autônomo, mas como um benefício para toda a região.

A repercussão de uma identificação regional entre a sociedade civil e seus governantes proporcionou o mútuo auxílio entre os municípios, de modo que a gestão municipal permitiu não apenas o desenvolvimento de sua municipalidade, mas permitiu o desenvolvimento de outras municipalidades, repercutindo na potencialização de seu próprio desenvolvimento, pois as mesmas municipalidades limítrofes, que outrora foram ajudadas, implementaram políticas e ações voltadas para o desenvolvimento sócio-econômico da região como um todo.

O presente trabalho pretendeu suscitar algumas reflexões sobre a identidade enquanto possibilidade de integração regional para o desenvolvimento. Alguns pontos não foram objeto de abordagem no presente estudo em função dos seus limites, sendo que a análise restringiu-se à contextualização histórica da criação do curso de administração nas décadas de 1950 e 1960 em Santo André. No entanto, as hipóteses aqui suscitadas poderão embasar outras pesquisas no sentido de dimensionar a legitimidade da identidade no desenvolvimento sócio-econômico regional. Estudos futuros poderão determinar e analisar a utilização de símbolos e representações para propiciar a integração e o progresso de municípios, regiões ou quaisquer agregados macroeconômicos.

FONTES CONSULTADAS

Veículos de comunicações, período de 1950 - 1970:

1)	Jornal <i>Diário do Grande ABC</i> – Acervo disponível na Biblioteca da Prefeitura de Santo André, localizada no Paço Municipal – Praça IV Centenário, s/n.
2)	Jornal <i>News Seller</i> - Disponível no acervo de pesquisa do Museu Municipal de Santo André, sob o no. 378.12.
3)	Jornal <i>O Repórter</i> - Disponível no acervo de pesquisa do Museu Municipal de Santo André, sob o no. 378.12.
4)	Jornal <i>Folha do Povo</i> - Disponível no acervo de pesquisa do Museu Municipal de Santo André, sob o no. 378.12.
5)	Jornal <i>A Gazeta</i> - Disponível no acervo de pesquisa do Museu Municipal de Santo André, sob o no. 378.12.
6)	Jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> - Disponível no acervo de pesquisa do Museu Municipal de Santo André, sob o no. 378.12.
7)	Jornal <i>A Folha de S. Paulo</i> - Disponível no acervo de pesquisa do Museu Municipal de Santo André, sob o no. 378.12.
8)	Jornal <i>Folha da Manhã</i> - Disponível no acervo de pesquisa do Museu Municipal de Santo André, sob o no. 378.12.
9)	Jornal <i>O Disco</i> - Disponível no acervo de pesquisa do Museu Municipal de Santo André, sob o no. 378.12.
10)	<i>Jornal de Santo André</i> - Disponível no acervo de pesquisa do Museu Municipal de Santo André, sob o no. 378.12.
11)	<i>Diário Comércio e Indústria</i> - Disponível no acervo de pesquisa do Museu Municipal de Santo André, sob o no. 378.12.

Revistas comemorativas e acadêmicas da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Santo André:

1)	KOPCZYNSKI, Marly Maria Cammarosano. (org.) <i>Revista Comemorativa 50 anos Faeco</i> . Memórias e outras histórias. Santo André: 2005. – Disponível na Biblioteca Central do Centro Universitário Fundação Santo André.
2)	KULCSAR, Rosa. Resgate da Memória da Fundação Santo André. <i>In: REVISTA FUNDAÇÃO SANTO ANDRÉ. Memória e transformação</i> . Santo André: Fundação Santo André, 2002. – Disponível na Biblioteca Central do Centro Universitário Fundação Santo André.
3)	ALVES, Simone Mota, <i>et al.</i> Fundação Santo André 28 anos de história – Breve histórico da Instituição. Monografia (Curso de Pedagogia). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Santo André – Fundação Santo André, 1990. – Disponível na Biblioteca Central do Centro Universitário Fundação Santo André.

Documentos da Câmara Municipal de Santo André

1)	Projeto de Lei no. 74, de 15 de junho de 1962. – Disponível na Câmara Municipal de Santo André localizada no Paço Municipal – Praça IV Centenário, s/n.
----	---

Acervo hipermissão

1)	Entrevista de história oral de vida do acervo hipermissão <i>Memórias do ABC</i> da Universidade IMES de André Rubens Didone, ex-diretor e ex-coordenador de economia e administração da Fundação Santo André – Disponível na Universidade IMES.
----	--

Entrevistas do Autor

1)	Professor Nelson Zanotti, co-idealizador e ex-diretor da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Santo André.
----	---

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Luiz Roberto. Grande ABC: Regionalidade e história cultural em questão. **Caderno de Pesquisa CEAPOG-IMES – Propostas para as Megacidades**, Ano 2, No. 2, 1.º semestre de 2000.

_____. **Culturas do Trabalho: comunicação para a cidadania**. Santo André: Alpharrabio Edições. 1999.

ALVES, Simone Mota, *et al.* **Fundação Santo André 28 anos de história – Breve histórico da Instituição**. Monografia (Curso de Pedagogia). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Santo André – Fundação Santo André, 1990.

ANCASSUERD, Marly. Uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras na cidade operária. *In: 6º. Encontro de Pesquisadores do Museu de Santo André*. Santo André: PMSA, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade. A busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003.

BOAVENTURA, Edivaldo M. A educação na Constituinte de 1946: comentários. *In: FÁVERO, Osmar (Org.). Educação nas constituintes brasileiras 1823-1988*. Campinas: Autores Associados, 2001.

CAMACHO, Thimoteo. **Cultura dos trabalhadores e Crise Política: Estudo sobre o Centro Popular de Cultura do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André**. Santo André: Fundo de Cultura do Município de Santo André, 1999.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da Sociedade**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1982.

COMINI, Graziela Maria. **Realidade e Perspectivas das escolas de administração do Brasil: Um Enfoque Estratégico**. Dissertação (Mestrado em Administração). Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo, 1994.

CORRÊA, Cynthia Harumy Watanabe. Comunidades Virtuais Gerando Identidades na Sociedade em Rede. **Revista Ciberlegenda, No. 13, 2004**. Disponível em <http://www.uff.br/mestcii/cyntia1.htm> em 24/01/2006.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. **A Formação e a ideologia do Administrador de Empresas**. Rio de Janeiro: Vozes, 1982.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede. A Era da Informação: economia, sociedade e cultura**, v.1. São Paulo: Paz e Terra, 1999a.

_____. **O Poder da Identidade. A Era da Informação: economia, sociedade e cultura**. v.2. São Paulo: Paz e Terra, 1999b.

EVERS, Tilman. Identidade: a face oculta dos novos movimentos sociais. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, v. 2, 4, p. 11-23, abril de 1984.

FÉLIX, Laiva Otero. **História e Memória. A problemática da pesquisa**. Passo Fundo: Editora UPF, 1998.

FRENCH, John D. **O ABC dos Operários: Conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950**. São Caetano do Sul: Editora Hucitec, 1995.

GARCIA, Carla Cristina. **As outras vozes: Memórias Femininas em São Caetano do Sul**. São Caetano do Sul: Editora Hucitec, 1998.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Editora da UNESP, 1991.

_____ **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos.; GARCIA, Carla Cristina.; KLINK, Jeroen Johannes. Região, regionalismo e regionalidade. **Caderno de Pesquisa CEAPOG-IMES**, Ano 5, No. 9, 2^o. semestre de 2003.

GIORDANO, Kátia. **Industrialização de Santo André contribuição ao seu estudo**. Tese (doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1982.

GIUST-DESPRAIRIES, Florence. A identidade como processo entre ligação e desprendimento. In: ZUGUEIB, Jamil (Org.). **Identities e Crises Sociais na Contemporaneidade**. Curitiba: Editora UFPR, 2000.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1963.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HOBBSAWN, Eric J. Trajetória do Movimento Operário. *In: Trabalhadores*. Campinas, Prefeitura Municipal, 1989.

IANNI, Octavio. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)**. 4^a ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1971.

KLINK, Jeroen Johannes. **A cidade-região: regionalismo e reestruturação no Grande ABC Paulista**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

KOPCZYNSKI, Marly Maria Cammarosano. **Revista Comemorativa 50 anos Faeco. Memórias e outras histórias**. Santo André: 2005.

KULCSAR, Rosa. Resgate da Memória da Fundação Santo André. *In: REVISTA FUNDAÇÃO SANTO ANDRÉ. Memória e transformação*. Santo André: Fundação Santo André, 2002.

LAPLANTINE, François e TRINDADE, Liana. **O que é imaginário**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1997.

LAURENTI, Carolina; BARROS, Mari Nilza Ferrari. Identidade: questões conceituais e contextuais. **PSI – Revista de Psicologia Social e Institucional**, Volume 2, No. 1, junho de 2000. ISSN: 1516-4888.

LE GOFF, Jacques. Memória. *In: Romano Ruggiero, org. Enciclopédia Eisandi*. v.1., p. 11-50 (Memória e História). Cidade do Porto: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984.

_____. **Os intelectuais na idade média**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.

_____. **Por amor às cidades: conversações com Jean Lebrun.**

São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1988.

LEITE, Márcia de Paula. **O futuro do trabalho.** São Paulo: SCRITTA / FAPESP, 1994.

MACHADO, Hilka Vier. **Identidade e o Contexto Organizacional: Perspectivas de Análise.** Revista de Administração Contemporânea – RAC. Edição Especial, 2003.

MACHADO-DA-SILVA, C. L.; NOGUEIRA, E. E. Identidade organizacional: um caso de manutenção, outro de mudança. **Revista de Administração Contemporânea – RAC.** Edição Especial, 2001.

MEDICI, Ademir. **Migração e Urbanização: A presença de São Caetano na região do ABC.** São Caetano do Sul: Editora Hucitec/Prefeitura de São Caetano do Sul, 1993.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. "MEC/USAID" (verbetes). **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil.** São Paulo: Midiamix Editora. Texto retirado de <http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=325> em 27/7/2006.

MORAIS, Mário Maurici de Lima. **A Gestão Pública e a Transformação da Auto-imagem da Comunidade.** Estudo de caso de Santo André (SP) 1997/2000. Dissertação (mestrado em administração). Universidade Municipal de São Caetano do Sul - IMES, 2004.

ODAIR, José. **Mito, Memória e História Oral.** São Bernardo do Campo: Chamas, 2003.

PERAZZO, Maria Amélia Ferreira. Ensino Médio Brasileiro ao Final do Século XX e Virada para o Século XXI e o Colégio da Fundação Santo André. *In: REVISTA FUNDAÇÃO SANTO ANDRÉ. Memória e transformação.* Santo André: Fundação Santo André, 2002.

REFORMA UNIVERSITÁRIA. Relatório do Grupo de Trabalho, MEC, 1968.

RODRIGUES, Marly. Para que lembrar?. *In: I Seminário Aberto de Memórias do ABC.* Centro Universitário Municipal de São Caetano do Sul – IMES. Pró-reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa. Projeto Memórias do ABC. 22/05/2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela Mão de Alice. O Social e o Político na Pós-Modernidade.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

SANTOS, Roberto. Observações de um espectador engajado, por Mariluce Moura. **Revista Fapesp Edição 105 - Novembro 2004.** Texto retirado de <http://www.revistapesquisa.fapesp.br/index.php?s=135,25&aq=artigo>. em 15/11/2004 .

SCHWARTZMAN, Simon. Permanência e Mudança das Universidades. *In: Seminário Internacional sobre Educação Superior, Criatividade, Legitimação e Transformações dos Sistemas.* Diretoria Nacional de Ensino Superior da Suécia, Rosenön, Dallarö, 1987. Texto retirado de <http://www.schwartzman.org.br/simon/permanen.htm> em 22/05/2005.

SILVEIRA, Zuleide Simas da. **Educação profissional no Brasil: da industrialização ao século XXI.** Texto retirado de <http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/educacao/educ109d.htm> em 05/06/2006.

ANEXO I

Modelo de Entrevista

Este roteiro sugestivo, idealizado por Camacho*, é confeccionado para dar início ao diálogo e servir de parâmetro para as questões objeto do estudo. As perguntas se referem a dados da pessoa entrevistada, dados pessoais, profissionais e de envolvimento com a formação da escola de administração na década de 1950, sendo ela a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Santo André. Não haverá perguntas específicas, o modelo é flexível, assim como o diálogo. Assim serão concebidas as seguintes perguntas:

- 1) Idade, profissão e origem do entrevistado.
- 2) Como começou a formação da instituição? Quando começou? Quem tomou a iniciativa (grupos, poder público, comunidade, empresas locais)?
- 3) Fale sobre o seu envolvimento pessoal com a criação da instituição?
- 4) Quem você destaca como tendo desempenhado papel importante nesta instituição?
- 5) Foi válida a experiência da construção da instituição? Cumpriu os objetivos a que se propunha? Que objetivos eram esses?
- 6) Na sua opinião, havia um sentimento de identidade operária ou industrial na região do ABC? Havia um sentimento de pertencimento a uma região operária ou industrial?
- 7) Depoimento pessoal.

* CAMACHO, Thimoteo. *Cultura dos trabalhadores e Crise Política: Estudo sobre o Centro Popular de Cultura do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André*. Fundo de Cultura do Município de Santo André, Santo André, 1999. P.163.